



$$S=I+A$$

Solidariedade = Identidade + Alteridade

TRADIÇÃO

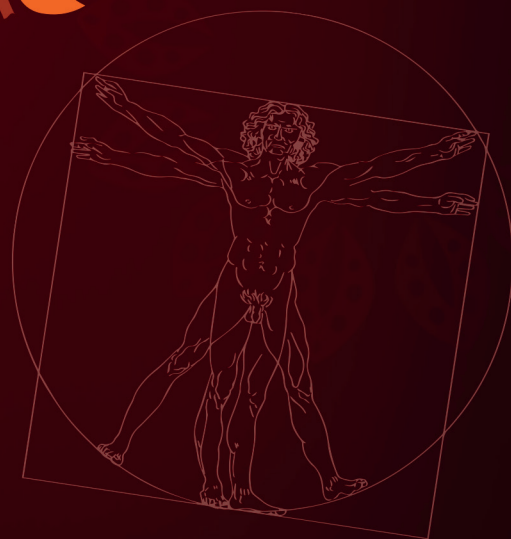
CRIAÇÃO

INVENÇÃO

INVENÇÃO, TRADIÇÃO E CRIAÇÃO DA CULTURA VIVA DE CAMPINAS

$$PC=(A+P)^R$$

Ponto de cultura
igual a autonomia
mais protagonismo
elevado a potência
das redes.







INVENÇÃO, TRADIÇÃO E CRIAÇÃO DA CULTURA VIVA DE CAMPINAS

Copyright © 2020 by Areté Gestão Cultural e Apoio ao Terceiro Setor
Direitos para esta edição reservados à Areté Gestão Cultural e Apoio ao Terceiro Setor,
conforme ressalva da licença Creative Commons aqui utilizada



1ª Edição - 2020

Conteúdo sob licença Creative Commons para Uso Não Comercial (by-nc, 2.5 Brasil)
O Conteúdo deste livro pode ser copiado, no todo ou em partes, compartilhado, distribuído e modificado sob as seguintes condições:

1. Sejam dados os créditos aos autores originais, da forma especificada da licença;
2. Vedada a utilização da obra para qualquer finalidade comercial;
3. Caso a obra seja alterada, transformada ou derivada em outra, a obra resultado só poderá ser distribuída sob uma licença idêntica a esta;
4. Qualquer outro uso, cópia, distribuição ou alteração desta obra, que não obedeça os termos previstos nesta licença, constituirá infração aos direitos autorais, passível de punição na esfera civil e criminal. Os termos desta licença também estão disponíveis no site: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/>

Ficha Técnica

Produção Executiva:

Arete Gestão Cultural e Apoio ao Terceiro Setor

Organização:

Cauê Moreira e Marcelo Ricardo Ferreira

Pesquisa:

Marcelo Ricardo Ferreira

Capa e Diagramação:

Luciana Sendeski Medina

Fotos:

Marina Barbim e Neander Heringer

Revisão:

Jacqueline Messias dos Santos

**LIVRO FINANCIADO PELO PROJETO PONTÃO DE CULTURA ARETÉ
TCC - NÚMERO 24/2019 - PONTÃO DE CULTURA
RECURSO PROVENIENTE DE CONVÊNIO 813479/2014
IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CULTURA VIVA MUNICÍPIO DE CAMPINAS
MC/SECULTURA E PMC/SMCULTURA**

Contato:

aretegestaocultural@gmail.com

AGRADECIMENTOS

O Pontão de Cultura Areté agradece primeiramente as Casas de Cultura e aos Pontos de Cultura de Campinas por toda a atuação que desenvolvem na cidade, sem a qual esse livro não seria possível.

Ao historiador e escritor Célio Turino e ao músico e ativista cultural TC Silva, pelas suas generosas contribuições com o conteúdo deste livro.

A servidora pública Rosângela Reis pela sua competente condução do convênio entre a prefeitura de Campinas e o Ministério do Turismo que, entre outras ações, gerou este livro, e também a todas as servidoras e servidores da Secretaria Municipal de Campinas que se dedicam a efetivação de políticas culturais no município.

Denise Xavier, Everaldo Candido e Rodrigo Martins pela incansável produção do projeto do Pontão de Cultura Areté. A Neander Heringer e Marina Barbim pelas fotos que figuram neste livro. A José Pedro Martins pela colaboração com a redação dos textos e a Marita Siqueira pela sistematização das informações dos Pontos de Cultura.

Um agradecimento mais que especial às mestras e mestres da Cultura Viva de Campinas, a quem dedicamos este livro.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - Geometria e Equação para a Cultura do Encontro e a Cultura Viva - Por Célio Turino	7
CAPÍTULO 2 - Lei Cultura Viva Nacional: o protagonismo da rede de Campinas - Por José Pedro Martins e Marcelo Ricardo Ferreira	15
CAPÍTULO 3 - Construção da Lei Cultura Viva Municipal Por José Pedro Martins e Marcelo Ricardo Ferreira	23
CAPÍTULO 4 - TEIA Campinas, última grande manifestação antes da pandemia - Por José Pedro Martins e Marcelo Ricardo Ferreira	29
CAPÍTULO 5 - Uma Mapeamento em Construção da Rede dos Pontos de Cultura de Campinas - Por Marita Siqueira e Pontão de Cultura Arete	37
CAPÍTULO 6 - Os últimos 30 anos e as Perspectivas da Política Cultura Viva em Campinas - Por Cauê Moreira e Marcelo Ricardo Ferreira	53
Posfácio dos Representes da Associação Areté Gestão Cultural Apoio ao Terceiro Setor	61



1 CAPÍTULO

GEOMETRIA E EQUAÇÃO PARA A CULTURA VIVA, POR CÉLIO TURINO¹

A ideia de Ponto de Cultura parte de um conceito matemático. Pela natureza de sua abstração, desencadeia um conjunto de relações sociais e criativas, na lógica da potencialização dos desejos, da inventividade das pessoas, e de processos de desenvolvimento desencadeados a partir de contatos com o “outro”, na forma de afetos, encantamento e magia, reflexão e organização. O que seria um Ponto como conceito matemático? A unidade, a base de uma rede, sem dimensões ou forma predeterminadas. O Ponto independe da forma, mas se realiza no espaço e tem que ser, portanto, localizável e identificável no território. Como Cultura também é uma abstração, Ponto de Cultura foi o nome que melhor sintetizou essa abstração “concreta”, que é o fazer cultural no território, dando unidade para a relação entre espaço (território) e tempo (memória). Mais precisamente, *punctos*, que, no latim, refere-se a um lugar determinado em que ocorre a intersecção de condições para realizações específicas. Basta um pequeno sinal para que a cultura aconteça, mas, como ela também é infinita, seria necessária a utilização de um “ponto de partida” que representasse esse sinal sem limites e que, ao mesmo tempo, fosse constituído por infinitas partes. Seria a base para uma geometria da vida; do grego, *geo* (terra) e *métron* (medida, medição), de modo a identificar posição e forma. Assim, um Ponto de Cultura é a expressão da microrrede, realizada nos territórios, sejam físicos ou simbólicos.



Célio Turino na exposição da Teia Campinas, Estação Cultura no dia 29/03/2020. Crédito: Neander Heringer.

¹ Texto originalmente publicado com o título “Geometria e equação para a Cultura do Encontro e a Cultura Viva Comunitária” p. 31-33 no livro do autor intitulado: “Cultura a unir os Povos: A arte do encontro” (1ª Ed, São Paulo: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, 2017).

Um Ponto de Cultura condensa a cultura viva na medida em que suas ações se desenvolvem com autonomia e protagonismo. Não é um simples ponto de conexão, como um ponto de recepção e irradiação de cultura; inicialmente sim, mas, com a observação do fenômeno, denota-se que o Ponto vai se constituindo enquanto um espaço livre para a interpretação e realização da cultura, uma zona simbólica libertada, por assim dizer. Também um ponto de ebulição, em que ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas, a depender das condições de pressão e temperatura. Desse modo, cada Ponto é diferente do outro, pois, em cada qual, as realidades são distintas. As pessoas, as histórias, os recursos, o ambiente, as condições, tudo é diferente; mas, ao mesmo tempo, igual, tornando-os “iguais na diferença”.

Se, na forma, cada Ponto de Cultura é diferente entre si, na essência todos são muito parecidos. Há que se ter alguém (ou alguéms) com muita potência, com muito desejo, com muito compromisso. Não importa se esse alguém é local ou não, o que importa é o compromisso, a disposição e a perseverança (há que perseverar). Também há que se encontrar pessoas dispostas a dar e receber, abertas para o encontro. Quando alguém chega pensando que sabe tudo e que vai ensinar aos outros, já chegou errando. Quando alguém recebe pensando que não há nada a receber, a ebulição também não acontece. Igualmente, não cabe se conformar ou se acomodar. Há que se existir permanência, continuidade e há que se inventar, criar; afinal, cultura é uma linha tênue que separa (e une) permanência e criação. Essas são as condições básicas para a equação, tornando simples um problema intrincado, de modo a alcançarmos uma solução clara.



Ainda sobre as condições para identificar um Ponto de Cultura; do abstrato ao concreto. Um Ponto de Cultura pode acontecer em um coreto de uma Praça, à sombra de uma árvore, em uma garagem, um quiosque, um espaço adaptado, uma casa ou edifícios abandonados, que se recuperam no uso da cultura; também em centros culturais bem equipados, teatros, museus, bibliotecas comunitárias ou

bibliotecas-parque, em espaços multimídia com muitos recursos. O mesmo em relação a recursos; primeiro, sempre, os recursos internos, de dentro da própria comunidade, as vontades, a criatividade; mas também há que se colocar o Estado a serviço de seu povo, e cultura é um direito básico, por isso os governos precisam assegurar orçamento para o fazer cultural autônomo, e que esses recursos não venham em formatos prontos, elaborados por quem mal conhece a realidade das comunidades, a realidade vivida.

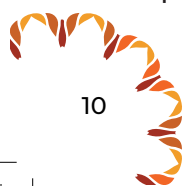
Também é fundamental que se instiguem processos de intercâmbio e novas miradas. Sem intercâmbio, sem troca, a cultura não se realiza, não progride e só regride; há que se ter disposição para, além de fortalecer a identidade, também exercitar a alteridade. Trocas por todos os lados, com todos e de todos os modos, de todas as formas, com todas as gentes; foi assim que nos realizamos como humanidade, será assim que recuperaremos nossa humanidade. Não há como falar em troca sem falar em comunicação, pois comunicação é um fato cultural, assim como a cultura só se realiza quando comunicada, seja uma simples palavra, expressão ou desejo desenhado em uma caverna, para que gerações futuras soubessem que alguém viveu por ali, como uma mensagem ao tempo. Comunicação é mensagem e mensagem é cultura. Nesse caminhar junto entre cultura e comunicação encontra-se a chave-mestra para a transformação da cultura do encontro em um intenso processo de instigação, curiosidade e criação; sem esse caminhar junto, ou a comunicação se torna reles ou a cultura se torna morta, exatamente porque não conseguirão estabelecer sozinhas um processo cultural e comunicativo ao mesmo tempo. Juntando esses elementos, pessoas, espaços, recursos materiais e financeiros, conhecimentos, criatividade, curiosidade, intercâmbios e comunicação, a cultura se coloca em movimento. Como são recursos concretos, não conceituais, um ou outro pode faltar, ou um novo recurso pode ser acrescentado, sem que a ordem dos fatores altere substancialmente o resultado, que é colocar a cultura em movimento. Que movimento seria esse? Preferencialmente, o ciclo completo do processo criativo, com memória e patrimônio, preservação e invenção, formação, produção, criação e difusão.



Cultura é partilha, é participar de algo, é tornar comum. O êxito de um Ponto de Cultura está na simplicidade, de modo que possa ser espalhado por todos os lugares, junto a todas as pessoas, em todos os corações e mentes. Se o planeta é a estrutura de nossa Casa Comum, a cultura é o fluxo, o sopro que mantém viva a Casa Comum, e o Ponto de Cultura compõe as partículas desse sopro. E essas partículas são divisíveis, como o átomo. Como partículas essenciais: a autonomia e o protagonismo das comunidades. Só assim um Ponto de Cultura poderá realizar a sua Potência, tornando-se vivo e não comandável. Enquanto o Poder é um instrumento de comando e ordem, regulando o fluxo da Potência, a Potência é liberadora de energias e da capacidade de agir, tendo, portanto, um papel subversivo na relação com o Poder. O Poder, retrai e subtrai; a Potência libera, estando mais afeita, nos tempos atuais, a uma reinvenção da política a partir de processos mais horizontais e compartilhados, isso porque múltipla, enquanto o Poder é unidirecional.

Autonomia é a capacidade de autogoverno pelos próprios meios, incluindo a capacidade de conhecer e interpretar as regras e normas. É a própria realização da liberdade e da vontade humana, a realização do dom divino do livre-arbítrio. É a capacidade de conceber, imaginar e criar, e também de realizar. Seguramente, há limitadores a essas capacidades, por isso o entendimento de autonomia como partícula essencial, mais como conceito que como recurso, ou extração de meios, até porque, quanto mais as civilizações avançam no controle e exploração dos recursos, mais a humanidade, como conjunto, se afasta da autonomia. Associar cultura a autonomia seria inadequado, porque cultura nem sempre é sinônimo de libertação; há a cultura que aprisiona, que oprime, que subjuga e coloniza. A dominação sobre a América Latina é prova viva dessa heteronímia, que seria o oposto da autonomia, em que indivíduos ou coletividades se sujeitam à vontade de terceiros, perdendo a condição de arbítrio ou de expressão livre da vontade. Uma cultura que liberta persiste na busca por autonomia e carrega os componentes da descolonização, da despatriarcalização, da desmercantilização, e da desantropocentralização. Sem essas desconstruções não há construção da autonomia, nem da liberdade. Isso porque a vontade externa se imporá na elaboração da cultura, matando, de forma inconsciente, a autonomia e a liberdade nos processos de criação. Como se denota, alcançar a autonomia (no sentido cultural, de desembaçar camadas de percepção) não é algo fácil, por isso a necessidade de perseverar e cultivar os meios para que as pessoas exercitem suas próprias escolhas e tenham condições de gerir suas vidas.

O protagonismo seria a outra partícula a potenciar um Ponto de Cultura. Do grego *protos* (principal, primeiro) e *agonistes* (ator, competidor). Desconstrução não significa destruição, e sim desmontagem, decomposição; para reconstruir, é necessário desconstruir, conforme a fenomenologia aponta. É necessário observar os fenômenos, decompor para compreender, e depois recompor. Não se trata de um método, conforme Jacques Derrida, o filósofo da desconstrução, apontou, e sim um conceito a buscar lacunas para compreender a própria existência do fenômeno. Isso implica nos indivíduos e coletividades assumirem o palco, falarem na própria voz, tomando a narrativa da história “para si”. No início pode até ser uma narrativa aparentemente desconexa, desconstruída, mas há que se estimular a fala na primeira voz, do contrário jamais se estabelecerá um processo emancipador. Também não significa que todos tenham que subir ao palco ao mesmo tempo, pois, em uma situação dessas, as vozes se transformariam em ruído, barulho. Protagonismo pressupõe um exercício entre atuar e ser espectador, falar e escutar, estar no palco e na plateia. Isso é pura cultura do encontro, é diálogo, é capacidade de observação e interpretação do mundo. Como exemplo de meio a fomentar o protagonismo: estúdios multimídia (no Brasil era a única obrigatoriedade aos Pontos de Cultura), equipamentos audiovisuais e de edição que permitam às coletividades falarem na própria voz, contarem as próprias histórias, registrarem as próprias imagens, não pelo “olhar de fora”, mas pelo próprio olhar. Só assim se consegue restabelecer linhas narrativas que permitam a projeção de roteiros futuros, em processos de sensibilização e reflexão.



Do jogo, ou da combinação, entre Autonomia e Protagonismo, as comunidades podem começar a se apoderar dos seus meios narrativos. Nesse sentido, autonomia e protagonismo são condições indispensáveis para quebrar hierarquias sociais e a construção de novas legitimidades, isso porque, nas sociedades pós-industriais, os serviços culturais substituem os bens materiais como a base da acumulação de valor. É na disputa pelo domínio do território narrativo que vai se concentrando a nova etapa da luta de classes, daí sua importância estratégica. Da combinação entre autonomia e protagonismo um Ponto de Cultura alcança a sua potência. Mas há uma terceira partícula a possibilitar o salto quântico: a articulação em rede.

O que é uma rede? Um entrelaçamento de linhas, formadas por pontos, que dão padrão e estrutura ao processo de entrelaçamento e ligação de pontos. Ao ligarem pontos, vão criando novos sentidos, uma vez que esses pontos se afetam mutuamente, e se modificam. O desafio está em achar o fio da meada. Tem sido comum as pessoas considerarem que o fenômeno Rede é algo recente, mais identificado com a sociedade da informação, as redes sociais. Mas não é, redes são parte da própria aventura humana, desde quando os primeiros hominídeos decidiram ir além da savana africana. A humanidade só existe porque se fez em rede, e a própria mente humana é resultado de processos de conexões em rede. Vygotsky, ao estudar o desenvolvimento mental das crianças bem pequenas, isso na Rússia pós-revolução de 1917, procurou compreender os processos dinâmicos de desenvolvimento da mente e sua maturação. É quando ele descobre e conceitua a “zona de desenvolvimento proximal”, em que a evolução mental das crianças dá saltos quando elas são colocadas em contato umas com as outras. Quem tem ou teve filhos pequenos percebe facilmente esse fenômeno. Uma criança com dois anos de idade, por exemplo, e que só viveu aos cuidados da família, sem intensos contatos com outras crianças, de repente, quando colocada junto a outras crianças, em uma sala de pré-escola, em menos de um mês desembesta a falar e a se comunicar. Esse seria o desenvolvimento proximal, o desenvolvimento a partir dos próximos, em zonas de intersecção. “A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento, em vez de ‘frutos’ do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente”². Aplicando essa teoria aos Pontos de Cultura, foi possível desencadear processos intensos de desenvolvimento entre os Pontos, e de forma horizontal, uma vez que Pontos diferentes contribuíam com outros, e não mais o Estado, que passou a ser um facilitador na aceleração de processos. É a articulação em rede que permite que Pontos, antes isolados, ganhem força a fazer frente aos reguladores do mundo dos sistemas, isso porque a vida, ela própria, dá saltos quando se encontra com outras vidas.

O Ponto de Cultura seria uma microrrede, atuando no território (físico ou virtual), junto às comunidades e nas diferentes formas de expressão, linguagens artísticas ou grupos identitários. A busca e fortalecimento da peculiaridade, da singularidade. Com a intervenção no território, e no campo da memória comunitária, o Ponto de Cultura vai se empoderando de processos de construção narrativa, com autonomia e protagonismo, bem como desencadeando processos formativos e de criação. Como macrorrede, a Cultura Viva, interligando Pontos, ampliando sua sustentabilidade e dando sentido às ações comunitárias, antes circunscritas às comunidades e, com isso, afetando outras comunidades, formando uma nova unidade de comunidades da vida. Como mesorredes, intensificando os Pontos de Cultura como espaços de recepção e irradiação de formação, criação e difusão cultural, um conjunto de ações, por vezes não imaginadas, nem experimentadas no âmbito da comunidade. As Interações Estéticas, a aproximar artistas profissionais de comunidades, de modo a produzirem novas

² VIGOSTKI, L. S. – “A formação social da mente” – Martins Fontes Ed., 2003, pg. 113



criações, artísticas; Griôs e mestres da cultura tradicional, para processos de transmissão de cultura pela oralidade; Pontinhos de Cultura, para a cultura lúdica e infantil; Cultura e Saúde; Economia Viva, para novas formas de economia, com vínculo comunitário e popular; Pontos de Memória; Pontos de Leitura; Agentes Jovens da Cultura Viva³. O objetivo foi que Um Ponto de Cultura aprendesse com outro, de forma horizontal, formando redes próprias, por aproximação. Com quanto mais redes o Ponto de Cultura se articula, mais empoderado ele estará, tanto do ponto de vista social, econômico e político, como nos aspectos criativos e artísticos.

A partir do conceito de “zona de desenvolvimento proximal” podemos estabelecer uma geometria para o processo de contato e encontro entre Pontos, em forma de círculos. Essa geometria também pode ser aplicada à Cultura do Encontro, de modo a potencializar processos comunicativos e de transformação de realidades, sempre em uma perspectiva de desenvolvimento horizontal, entre pares. Desse processo de desenvolvimento e interação entre pontos, e lembrando que a geometria não é plana, e sim tridimensional e orgânica, se extrai a equação que define o que é um Ponto de Cultura, que também pode expressar a Cultura do Encontro, em sentido emancipador, e a própria Cultura Viva Comunitária.

³ Essas ações estão mais bem detalhadas e analisadas em outro livro do autor, “PONTO DE CULTURA: O Brasil de baixo para cima”, Ed. Anita Garibaldi, 2009, acessível gratuitamente por meio digital, também em edição em espanhol e inglês.

PONTO DE CULTURA

AUTONOMIA

PROTAGONISMO



**ENCANTAMENTO
+
TRABALHO**

=

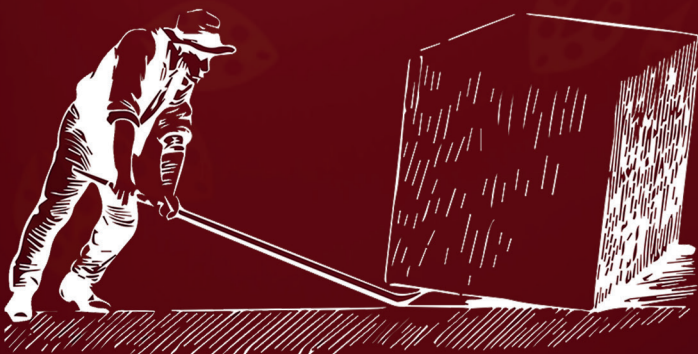
TRANSFORMAÇÃO



**Inteligência coletiva
entre pontos conectados
em diversidade**

**“Dá-me um ponto de apoio e uma
alavanca e eu moverei o mundo”**

- Arquimedes



**CULTURA
+
NATUREZA**

=

CULTURA VIVA



$$S=I+A$$

Solidariedade = Identidade + Alteridade

MUNDO DA VIDA

REGULADORES DA VIDA

NECESSIDADES BÁSICAS

(comer, beber, respirar, escutar, sexo, descanso/ócio)

DESEJOS

(sexo, comer, beber, sonhar, trabalhar, contemplar)

SENTIMENTOS E SENSações

(amor, ódio, paixão, solidariedade, egoísmo, compaixão, luxúria, preguiça, ira, bondade, maldade, vingança)



MUNDOS DOS SISTEMAS

REGULADORES DOS SISTEMAS HISTÓRICOS

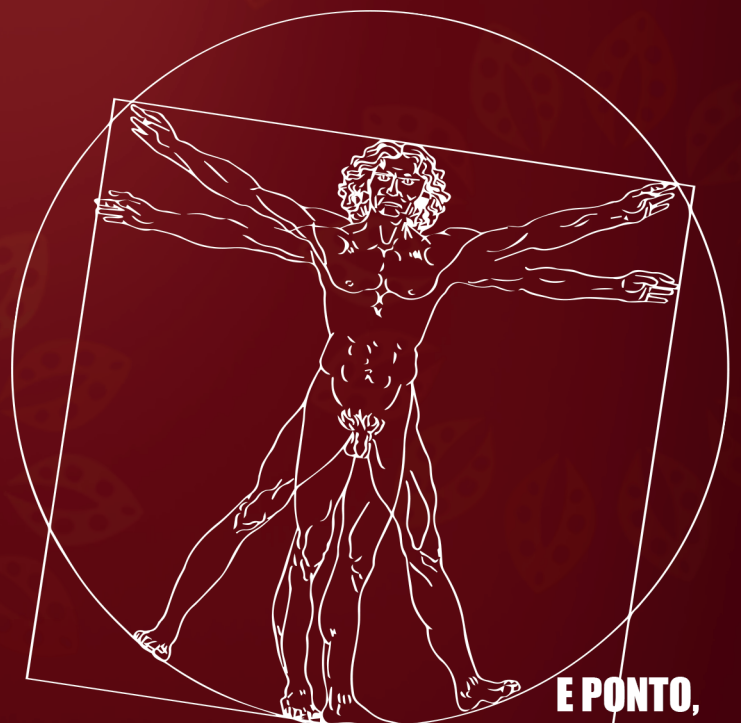
Mercado = Dinheiro
Estado = Poder



**(Des)Envolver +
(Re)Envolver =
(Com)Viver**

$$PC=(A+P)^R$$

Ponto de cultura igual a autonomia
mais protagonismo elevado a potência
das redes.



**E PONTO,
Mas o Ponto não é o fim, é só o começo.**



“LEI CULTURA VIVA NACIONAL: O PROTAGONISMO DA REDE DE CAMPINAS”, POR JOSÉ PEDRO MARTINS E MARCELO RICARDO FERREIRA

Em 2014 o Congresso Nacional aprovou, e a presidente Dilma Rousseff sancionou, com veto parcial, a Lei Nacional Cultura Viva. Um ano depois, Campinas tornou-se pioneira ao ter uma Lei Municipal Cultura Viva⁴.

Nos dois casos, foi fundamental o protagonismo da rede de Pontos de Cultura de Campinas, que se mobilizou, articulou-se com outros parceiros em todo território brasileiro e promoveu campanhas, pelas redes sociais ou de forma presencial, para que os parlamentares sentissem a relevância do tema.

Neste texto, está documentada a trajetória de conversas, negociações e ações até a aprovação das duas leis, que consolidam o conceito de Cultura Viva sacramentado com o Programa de mesmo nome, implementado na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura e sob a coordenação de Célio Turino, sempre com a inspiração do processo desenvolvido em Campinas (ver texto “A construção da Lei Municipal Cultura Viva”).

LEI NACIONAL CULTURA VIVA: UM ESFORÇO COLETIVO

A Lei Nacional Cultura Viva foi pensada, formulada e proposta, através do Projeto de Lei n.757/2011, da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), como uma forma de institucionalizar o Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Com isso, a Cultura Viva deixaria de ser um programa de governo para se tornar uma Política Nacional, permanente. A institucionalização também seria fundamental para simplificar o processo de contratação e prestação de contas dos Pontos de Cultura.

O Programa Cultura Viva havia sido criado pelas portarias nº 156, de 6 de julho de 2004, e nº 82, de 18 de maio de 2005, ambas do Ministério da Cultura, com o propósito de fomentar e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura.

Criado na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), o Programa Cultura Viva nasceu, então, objetivando (1) apoiar e potencializar ações culturais já existentes na sociedade, reconhecendo e fortalecendo pessoas, entidades e instituições; (2) estimular a autonomia, o protagonismo e o empoderamento social; (3) promover a gestão compartilhada da cultura entre o Estado e a sociedade civil; e (4) ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.

Em uma primeira etapa, o Programa foi implementado com base em cinco ações: convênios com os Pontos de Cultura e, também, Escola Viva, Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde, todas com vínculo necessário com os Pontos de Cultura. Em uma segunda etapa, o Programa foi ampliado, com o estabelecimento de novas formas de garantir apoios e parcerias, através da concessão pelo MinC de prêmios e bolsas, definidos através de editais.

O Programa Cultura Viva teve êxito enorme e crescente, chegando a contemplar 3670 Pontos de Cultura até 2011, em todo território nacional. A iniciativa foi objeto de vários estudos, de órgãos como o

⁴LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ). O apoio ao Programa Cultura Viva continuou no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com a saída de Gilberto Gil do MinC, em 30 de julho de 2008, quando foi substituído por Juca Ferreira.

Até então, as perspectivas eram positivas para o Programa Cultura Viva. A sua continuidade e respectivo financiamento estavam previstos no Plano Nacional de Cultura 2010-2020, instituído pela Lei 12.343/2010, sancionada em dezembro de 2010. A Meta 23 do Plano se referia ao Programa Cultura Viva, prevendo o funcionamento de 15 mil Pontos de Cultura, compartilhados entre Governo Federal, as Unidades da Federação e os Municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

De qualquer modo, já era evidente para o Movimento Nacional de Pontos de Cultura a importância de aprovação de uma Lei Nacional Cultura Viva, institucionalizando o Programa Cultura Viva. A mobilização por uma Lei Nacional Cultura Viva foi a decisão mais importante do 3º Fórum Nacional de Pontos de Cultura, realizado em Fortaleza, entre 25 e 31 de março de 2010, no Centro Dragão do Mar, de modo concomitante com a TEIA 2010 – Tambores Digitais, realizada na capital cearense.

Nessa altura, o Movimento Nacional de Pontos de Cultura entendia que a aprovação de uma Lei Nacional Cultura Viva deveria ocorrer a partir de uma Lei de Iniciativa Popular, como prevê a Constituição Brasileira.

Nos termos do Artigo 13 da Lei Federal 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamentou os Incisos I, II e III do Artigo 14 da Constituição de 1988, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular deve ser apresentado à Câmara dos Deputados devendo ser “subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”.

Em 2010, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil tinha 135,8 milhões de eleitores. Com isso, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular deveria ser subscrito por 1,36 milhão de eleitores.

Novos fatos da conjuntura nacional, entretanto, influenciaram no entendimento dos Pontos de Cultura, gerando a urgência de encaminhamento de um projeto de Lei Nacional Cultura Viva ao Parlamento brasileiro.

DESMONTE E DEFESA DO PROGRAMA CULTURA VIVA

A necessidade de institucionalização do Programa Cultura Viva ficou evidente nas discussões sobre o Plano Plurianual 2012-2015. Havia a perspectiva de cortes de recursos para o Programa e temia-se, portanto, um processo de desmonte da iniciativa, o que de fato começaria a ocorrer durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff na presidência da República. Nesse período, começou a ocorrer uma quebra de prestígio do Ministério da Cultura junto ao Palácio do Planalto, em termos políticos e orçamentários.

O panorama que era favorável ao Programa Cultura Viva começou a mudar, especificamente, com a posse da nova ministra da Cultura, a cantora Ana de Hollanda, em 2011. A sua gestão “foi considerada um momento de grande retrocesso no curso do desenvolvimento das políticas culturais voltadas para o desenvolvimento da cidadania e da diversidade cultural, e de uma gestão voltada para o conjunto da sociedade”, como assinala Alexandre Santini⁵.

⁵“Cultura Viva Comunitária: Políticas Culturais no Brasil e na América Latina”; SANTINI, Alexandre (Laboratório de Políticas Culturais, ANF, Rio de Janeiro, 2017)

Santini cita como exemplos de retrocessos “como a retirada do selo Creative Commons (CC), de licenciamento flexível dos direitos de autor, do site do Ministério da Cultura, o que sinalizava na contramão dos avanços obtidos na gestão Gil/Juca (no Ministério da Cultura) com relação à legislação de Direitos Autorais, tema no qual o Brasil se tornou referência mundial no período”.

Lembra Santini que as medidas de Ana de Hollanda, “e as ameaças de descontinuidade dos programas, projetos e ações em andamento no MinC geraram forte reação da sociedade e de diversos setores culturais”.

Movimentos como os de Software Livre, Cultura Digital e Pontos de Cultura, aliados a intelectuais, profissionais de diferentes áreas e movimentos de cultura em geral passaram a lançar cartas-abertas, manifestos e abaixo-assinados exigindo que o governo de Dilma Rousseff impedisse o que consideravam um retrocesso no Ministério da Cultura. Ana de Hollanda foi criticada publicamente pelo seu antecessor, Juca Ferreira, que considerou a sua gestão como “um desastre”.

O Programa Cultura Viva chegou a ser retirado do Plano Plurianual, passando a sofrer cortes orçamentários e mudanças conceituais, como o rompimento com a dimensão de gestão compartilhada com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e, ainda, o não-cumprimento das TEIAS nacionais. Entre 2010 e 2011 o orçamento federal para o Cultura Viva despencou de 44 milhões de reais para 23 milhões. Em 2012 a redução seria gigantesca, para 650 mil reais, confirmando a absoluta falta de prioridade da nova gestão do MinC em relação ao Programa Cultura Viva.

Outra medida muito contestada na gestão de Ana de Hollanda foi a fusão das Secretarias de Cidadania Cultural (SCC) e de Identidade e Diversidade (SID), o que gerou várias dificuldades estruturais para a implementação do Programa Cultura Viva, na medida em que a fusão não implicava em ampliação da equipe operacional.

Além disso, existia um consenso de que o mecanismo de convênio, principal instrumento utilizado até então para a transferência de recursos, era incompatível para a contratação dos Pontos de Cultura. Era necessário institucionalizar novos mecanismos, como tinha ficado expresso no III Fórum Nacional de Pontos de Cultura em Fortaleza.

O CONGRESSO NACIONAL COMO INSTRUMENTO EM DEFESA DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Foi nesse momento que a estratégia para aprovação de uma Lei Nacional Cultura Viva passou a seguir outro roteiro. Depois de conversas com Célio Turino e também com interlocutores como o próprio gestor cultural, dramaturgo e escritor Alexandre Santini, do Rio de Janeiro, e o gestor do Ponto de Cultura NINA, Marcelo Ricardo Ferreira, de Campinas, a deputada Jandira Feghali apresentou na Câmara dos Deputados o PL n.757, de 17 de março de 2011. A deputada integrava a base do governo no Congresso Nacional e era uma de suas principais lideranças, com afinidades históricas com os movimentos populares.

Tiveram início, então, na esfera do Congresso Nacional, as articulações pela aprovação do PL, que tinha como finalidade “reconhecer e garantir o Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, criado e desenvolvido pelo Ministério da Cultura desde 2005, como política cultural permanente do Estado brasileiro, proposta pelo então secretário de Cidadania Cultural, o historiador Célio Turino”, nos termos da Justificativa apresentada pela parlamentar do Rio de Janeiro.

A deputada assinalou ainda que a propositura cumpria “determinação do artigo 215 da Constituição Federal dispondo que ‘o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais’, e é respaldada na Convenção Mundial da Diversidade Cultural da UNESCO”.

Depois de citar a amplitude alcançada pela iniciativa, Jandira Feghali salientava que o Programa Cultura Viva “construiu um importante patrimônio para a sociedade brasileira, ligado a consolidação de um lastro social extremamente capilarizado que se manifesta em Fóruns e Redes de Pontos de Cultura, empoderando atores e fortalecendo a complexa teia cultural brasileira”.

Também houve a mobilização da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, presidida pela própria Jandira Feghali. A Frente Parlamentar e a Comissão de Educação e Cultura promoveram audiências públicas na Câmara dos Deputados sobre o projeto de Jandira Feghali, que contava na época com Alexandre Santini como assessor parlamentar na área da Cultura.

Depois da apresentação do Projeto de Lei, uma segunda ação que marca o início da tramitação da propositura na Câmara dos Deputados foi uma audiência convocada pela Comissão de Educação e Cultura, realizada no dia 26 de maio de 2011, com a participação de Célio Turino, idealizador do Programa Cultura Viva; da secretária de Cidadania Cultural do MinC no governo Dilma, Marta Porto; do professor Giuseppe Cocco, da Rede Universidade Nômade do Programa de Pós-Graduação da UFRJ; do coordenador dos Projetos Grão de Luz e Griô e Ação Griô Nacional, Márcio Griô; e do artista e educador comunitário Francisco Simões de Oliveira Neto, o Chico Simões. Também participou Geraldo Britto Lopes, do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, que no dia 25 de maio de 2011 promoveu uma marcha em Brasília pela aprovação do projeto de Jandira Feghali e pela priorização do Programa Cultura Viva pelo MinC. A marcha percorreu a Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, onde foi recebida pela deputada Jandira Feghali. Além das ações no Parlamento, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura foi recebido pela própria ministra Ana de Hollanda, a quem reafirmou as contestações sobre os rumos do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura sob sua gestão.

Nesse embate com o Ministério da Cultura houve a aproximação dos articuladores dos Pontos de Cultura, Alexandre Santini e Marcelo Ricardo Ferreira, do Ponto de Cultura NINA, de Campinas, com a Rede Fora do Eixo, do Rio de Janeiro, e com a professora Ivana Bentes, na época diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e gestora do Pontão de Cultura ECO. Na ocasião, a Rede Fora do Eixo e os órgãos dirigidos por Ivana Bentes participavam ativamente da mobilização contra os retrocessos verificados no MinC.

Da aproximação entre os agentes culturais, a Rede Fora do Eixo e a academia, nasceu o Laboratório de Políticas Culturais da UFRJ, que iria desempenhar um papel estratégico na defesa do Programa Cultura Viva e na trajetória do projeto da Lei Nacional Cultura Viva. Sob a coordenação de Ivana Bentes, Alexandre Santini e Marcelo Ricardo Ferreira, foram promovidos vários eventos e produzidos diferentes conteúdos, que repercutiram no processo do PL da Lei Nacional Cultura Viva.

A tramitação seguiu o curso dos demais processos legislativos, até a indicação em abril de 2012 como relator do projeto, na Comissão de Educação da Câmara, do deputado Antônio Roberto (PV-MG).

Nessa altura, a rede de Pontos de Cultura considerou estratégica a urgência de acelerar a mobilização pela aprovação do projeto. O momento considerado ideal foi o da realização no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho de 2012, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Mais especificamente, um conjunto de ações foi articulado pela rede de Pontos de Cultura e

movimentos da sociedade civil para ocorrer durante a Cúpula dos Povos, que aconteceria no Aterro do Flamengo, também no Rio de Janeiro, de forma paralela à Rio+20. Com a participação de mais de 20 mil pessoas, de organizações e movimentos de todo o mundo, a Cúpula dos Povos foi de fato realizada entre 15 e 23 de junho.

Considerando a grande visibilidade alcançada pela Cúpula dos Povos, a rede de Pontos de Cultura, sob a coordenação do Ponto de Cultura NINA de Campinas, articulou-se com o Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ e a Rede Fora do Eixo, coordenada pelo Mídia Ninja, e uma das ações acordadas seria a promoção de um tuitaço direcionado ao então presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o deputado Newton Lima (PT-SP), que havia sido reitor da Universidade Federal de São Carlos entre 1992 e 1996, em uma gestão marcada por forte aproximação da UFSCar da comunidade.

O *timing* para a mobilização era perfeito. Exatamente no dia 13 de junho de 2012, na abertura da Rio+20 e véspera do início da Cúpula dos Povos, a Comissão de Educação tinha recebido o parecer favorável do deputado Antônio Roberto, ao PL n.757 da deputada Jandira Feghali.

Os Pontos de Cultura, nessa altura, tinham feito uma forte aproximação com os relatores do projeto no Congresso. Ainda como pano de fundo, o panorama tinha se tornado mais favorável no MinC ao Programa Cultura Viva, após a substituição da ministra Ana de Hollanda por Marta Suplicy no dia 13 de setembro de 2012. Também houve a queda da secretária de Cidadania Cultural, Marta Porto.

A rede de Pontos de Cultura conseguiu seus objetivos, com o sucesso do tuitaço durante a Cúpula dos Povos, e no dia 27 de junho de 2012 a Comissão de Educação aprovou por unanimidade o parecer do deputado Antônio Roberto, dando sinal verde para a aprovação do PL n.757. O processo de aprovação na Comissão foi acompanhado de intensa mobilização e pressão nas redes sociais, com a *hashtag* #LeiCulturaViva.

Em seguida, o projeto tramitou pela Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Justiça e Cidadania, que em 8 de outubro de 2013 aprovou a redação final da propositura, que foi então encaminhada para exame do Senado Federal. As mobilizações virtuais com tuitaços e envio de e-mails se tornaram ferramentas exitosas. Essa tecnologia de mobilização virtual foi sendo aperfeiçoada e continuou repercutindo nos *trending topics* (assuntos mais comentados) no Twitter a cada votação do projeto de lei no rito legislativo.

ARTICULAÇÕES LATINO-AMERICANAS IMPULSIONANDO A LEI CULTURA VIVA

Foi igualmente fundamental para o sucesso da mobilização pela aprovação do Projeto da Lei Cultura Viva Nacional um conjunto de ações a nível internacional.

O processo nesse âmbito daria origem ao Coletivo Latinoamericano Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária, que já vinha se articulando a partir da iniciativa de centenas de organizações e redes, reunidas, em um sistemático acúmulo de forças, em eventos e fatos como (1) os Fóruns Sociais Mundiais de Belém (2009) e Porto Alegre (2012); (2) a sanção de um projeto de recomendação legislativa no Parlamento do Mercosul em apoio aos Pontos de Cultura; (3) o “Encontro de Redes de Latinoamérica – Plataforma Puente – 100 organizaciones culturales”, em Medellín, Colômbia, em 2010; (4) a intervenção em 2011 no IV Congresso Iberoamericano de Cultura e na Cúpula Social do Mercosul e (5) a Semana Continental pela Cultura Viva Comunitária, durante o ano de 2012, juntamente com a Caravana Por La

Vida, que chegou à Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro em junho.

Nessa mesma Cúpula dos Povos, quando foi utilizada a tecnologia de pressão digital sobre os parlamentares, os articuladores e coordenadores do Laboratório de Políticas Culturais da UERJ, Alexandre Santini e Marcelo Ricardo Ferreira, participaram de encontro com representantes de organizações culturais de vários países da América Latina. Nessa conversa foi decidido que era o momento de realização de um evento latino-americano de articulação em torno do Cultura Viva Comunitária.

A partir da deliberação tomada no Rio de Janeiro, o Laboratório de Políticas Culturais e o Ponto de Cultura NINA, de Campinas, assumiram o compromisso de articular uma delegação brasileira para participar do evento latino-americano, além de integrar a comissão organizadora.

O I Congresso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitária foi marcado para o período de 17 a 22 de maio de 2013 em La Paz, na Bolívia. Naquele momento, o Projeto da Lei Nacional Cultura Viva tramitava nas Comissões de Finanças e Tributação e de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

O evento no altiplano boliviano foi definido como um fórum continental de compartilhamento de experiências coletivas de produção de conhecimento e intercâmbio com o propósito de reconhecer, dialogar, refletir e estimular a troca de saberes entre a gente que faz Cultura Viva. Seria, enfim, uma arena pública para o encontro de organizações artísticas, culturais, de comunicação para a transformação, de circo social, hip-hop, escritores, artistas plásticos, saltimbancos, sonhadores em geral, amantes da vida e da terra, ativistas da cultura da paz e da não-violência.

Na prática, o Congresso de La Paz representava um marco no processo de articulação continental desenvolvido há praticamente 10 anos, com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade a 120 mil experiências populares de atividades culturais e comunitárias em curso na América Latina e que tinham a força para mobilizar 200 milhões de pessoas em eventos e oficinas.

O Congresso também foi a oportunidade para consolidar o Coletivo Latinoamericano Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária, que passaria a desempenhar papel decisivo em mobilizações no continente.

O Coletivo teve importante participação, por exemplo, na articulação para a participação popular no VI Congresso Ibero-Americano de Cultura, realizado em San José, na Costa Rica, em abril de 2014.

De caráter oficial, o Congresso teve a participação de cinco ministros da Cultura, além de seis representações de Estados ibero-americanos, e também contou com a presença de 500 representantes de Pontos de Cultura e outras organizações da Cultura Viva Comunitária de 17 países.

Pelo seu caráter multilateral, o evento foi considerado como um salto em termos da relação entre o movimento da Cultura Viva Comunitária com os organismos oficiais. Um novo ciclo se abria, com a perspectiva de fortalecimento do diálogo entre os organismos estatais e a Cultura Viva Comunitária nos distintos países. No caso do Brasil, era um grande passo para fortalecer o Programa Cultura Viva como um programa de Estado, objetivo do projeto assinado pela deputada Jandira Feghali.

No Congresso Ibero-Americano de San José, a então secretária da Diversidade e Cidadania Cultural do MinC, Márcia Rollemberg, se encarregou de mobilizar os países vizinhos e da Península Ibérica para a reunião de trabalho sobre o Fundo Iber-Cultura, que seria realizada em maio de 2014 em Natal, Rio Grande do Norte, por ocasião de nova edição da TEIA. No encontro de Natal aconteceria uma grande avaliação dos 10 anos do Programa Cultura Viva. E de fato o evento na capital potiguar seria determinante para o processo que culminaria na Lei Nacional Cultura Viva brasileira.

DA TEIA DE NATAL À APROVAÇÃO DA LEI NACIONAL CULTURA VIVA

Nos primeiros meses de 2014, enquanto transcorria a mobilização latino-americana, a rede brasileira de Pontos de Cultura julgou estratégica a realização de novas ações de mobilização de pressão e foi deflagrado, então, um novo tuitaço, dirigido a deputados e senadores e especificamente ao presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB/RN). Mais uma vez, a participação do Ponto de Cultura NINA e da Casa de Cultura Tainã foi determinante, no rodízio criado para que o tuitaço tivesse enorme alcance. E teve, pois o assunto esteve novamente entre os trending topics do Twitter na época.

Isto porque seria realizada em Natal, portanto na “casa” do presidente da Câmara dos Deputados, entre 19 e 24 de maio de 2014, uma edição nordestina da TEIA Nacional da Diversidade, uma das ações previstas no escopo do Programa Cultura Viva, promovida pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC. De forma concomitante, seria realizado o 5º Encontro Nacional dos Pontos de Cultura. A TEIA é um momento marcante para a apresentação e exposição da produção cultural de uma cidade ou região, com a participação dos Pontos de Cultura locais e convidados.

Henrique Alves foi convidado a participar da TEIA em Natal e de fato esteve presente, tendo viajado de Brasília no mesmo avião que a ministra da Cultura, Marta Suplicy, e a deputada Jandira Feghali. Durante o voo, Marta e Jandira esclareceram ao presidente da Câmara o significado e a importância da aprovação do Projeto n.757, de modo a institucionalizar o Programa Cultura Viva.

Em sua participação na TEIA, Alves foi inicialmente vaiado, mas logo passou a receber um estrondoso aplauso, tão logo se comprometeu a se empenhar pela aprovação célere do PL n.757, que naquele momento estava em exame pelo Senado.

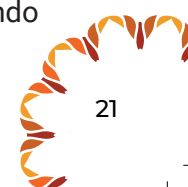
Mais uma vez a mobilização dos Pontos de Cultura teve sucesso. No dia 9 de junho de 2014, portanto poucas semanas após a TEIA em Natal, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados recebeu ofício do Senado Federal, comunicando a aprovação, com substitutivo, do PL 757. No dia seguinte, vários deputados, inclusive a própria Jandira Feghali, pediram regime de urgência para exame da matéria.

No dia 27 de junho, a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) foi designada relatora do substitutivo do Senado. No dia 1º de julho de 2014 foi finalmente aprovado o substitutivo do Senado ao PL 757. Estava aprovada a institucionalização do Programa Cultura Viva na esfera federal.

A matéria foi aprovada por votação unânime e aberta dos líderes partidários. No momento da votação final, a deputada Jandira Feghali foi convidada a assumir de forma simbólica a presidência dos trabalhos legislativos. Da Mesa Diretora, Jandira fez um convite para os representantes das delegações de Pontos de Cultura de vários estados brasileiros que tinham ido a Brasília que realizassem uma “invasão” pacífica do plenário. Os representantes da sociedade civil e organizações comunitárias se postaram atrás dos membros da Mesa Diretora da Câmara, para um registro fotográfico de alto significado histórico.

No dia 2 de julho, o presidente Henrique Alves encaminhou a proposição aprovada, para sanção pela presidente Dilma Rousseff, o que aconteceria, com veto parcial, tendo a Lei Federal da Política Nacional de Cultura Viva, recebido o número 13.018/2014, de 22 de julho de 2014. A realização naquele ano de novas eleições presidenciais, com a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff, certamente contribuiu para o ambiente político favorável à aprovação do projeto de Jandira Feghali.

A Lei Nacional manteve os princípios originais do conceito do Programa Cultura Viva, acentuando



no artigo 3º que sua beneficiária seria “a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural”.

No artigo 4º, a Lei consolidou, como instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, os Pontos e Pontões de Cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, cada um com um elenco de objetivos específicos. O artigo 9º, por sua vez, estipula, para efeito de repasse de recursos necessários ao cumprimento dos objetivos do Programa Cultura Viva, que “a União, por meio do Ministério da Cultura e dos entes federados parceiros, é autorizada a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva”.

Com a Lei 13.018/2014, estava oficializado o Programa Cultura Viva, consolidando em termos legais, institucionais, o conceito de Cultura Viva que evoluiu a partir do primeiro Ponto de Cultura assim denominado em Campinas, no final da década de 1980. Uma luta levada por milhares de mãos, corações e afetos, com resistência, dor e celebração, consagrada na legislação brasileira, devendo assim ser materializada pelos gestores em níveis federal, estadual e municipal. E assim aconteceria, com a aprovação, logo no ano seguinte, da primeira Lei Municipal de Cultura Viva, no município de Campinas.



“A CONSTRUÇÃO DA LEI MUNICIPAL CULTURA VIVA”, POR JOSÉ PEDRO MARTINS E MARCELO RICARDO FERREIRA

No dia 21 de outubro de 2015 foi sancionada a Lei Municipal Cultura Viva de Campinas. A cidade foi pioneira no Brasil em ter uma Lei Municipal Cultura Viva, resultante, assim como a Lei Nacional, de grande mobilização dos Pontos de Cultura.

De fato, os Pontos de Cultura de Campinas, que haviam sido protagonistas do movimento que levou à Lei Nacional Cultura Viva, em 2014, naturalmente tiveram papel determinante na aprovação da Lei Municipal.

Naquele momento, estavam em tramitação no Brasil projetos semelhantes apenas em São Paulo (SP), Guarulhos (SP) e Foz do Iguaçu (PR). Em dezembro de 2014, o Rio Grande do Sul foi pioneiro na aprovação de uma Lei Cultura Viva Estadual.

ARTICULAÇÃO ENTRE PONTOS DE CULTURA

Do mesmo modo que havia ocorrido no processo que levou à entrada em vigor da Lei Nacional Cultura Viva, o Ponto de Cultura NINA teve participação especial na mobilização que resultou na Lei Municipal Cultura Viva de Campinas.

Logo após a aprovação da Lei Nacional, o coordenador do Ponto de Cultura NINA, Marcelo Ricardo Ferreira, o Marcelo das Histórias, iniciou uma articulação com a rede de Pontos de Cultura de Campinas e com o vereador Gustavo Petta (PCdoB), que era membro da base aliada do prefeito Jonas Donizette (PSB). Na época em que exerceu mandato de deputado federal, Petta acompanhou a tramitação e a aprovação da Lei Nacional Cultura Viva. Na Câmara Municipal de Campinas, sempre teve em sua agenda a atuação na área da Cultura.

Como importante precedente, a Lei Municipal Cultura Viva de Campinas já havia sido debatida e encaminhada como prioridade na III Conferência Municipal de Cultura, realizada em agosto de 2013 na Estação Cultura, com uma participação bem representativa da diversidade cultural do município. A Conferência e as propostas aprovadas consolidaram as diretrizes básicas do Sistema Municipal de Cultural e a construção de proposta de minuta da Lei do novo Conselho de Políticas Culturais.

Com a articulação da rede local e com um representante no parlamento campineiro alinhado com o pensamento dos Pontos de Cultura, o próximo passo foi a interlocução com o Secretário Municipal de Cultura, Ney Carrasco, e o Diretor de Cultura, Gabriel Rapassi.

Desde o início do mandato de Jonas Donizette, em 2013, esses gestores estabeleceram uma boa relação com a rede de Pontos de Cultura da cidade e chegaram a participar do I Congresso Cultura Viva Comunitária em La Paz, Bolívia, em 2013, e no VI Congresso Ibero-americano de Cultura, em San José, Costa Rica, em 2014, além da IV TEIA Nacional, em Fortaleza, Ceará, no mesmo ano.

Nesses encontros, os Pontos de Cultura de Campinas aproveitam a presença dos gestores públicos da cidade para também avançar nas articulações pela criação de uma Lei Municipal Cultura Viva.

Depois dos primeiros passos, a elaboração do projeto de lei foi rápida e em janeiro de 2015 o vereador Gustavo Petta tinha pronta uma minuta da propositura. O projeto previa a criação de mecanismos permanentes para reconhecer as manifestações, linguagens e formas de expressão independentes e comunitárias. A iniciativa também permitia ampliar o acesso da população aos direitos culturais.

Como na Lei Nacional, os Pontos e Pontões de Cultura continuaram sendo instrumentos fundamentais para a implementação da Lei Municipal. O projeto ainda estipulava os Termos de Compromisso Cultural (TCC) para legalizar a transferência de recursos do Município aos Pontos de Cultura, além dos mecanismos de Prestação de Contas.

A primeira discussão pública da minuta foi promovida pelo vereador Petta já no dia 5 de fevereiro de 2015, no Plenarinho da Câmara Municipal. Participaram representantes dos Pontos de Cultura, de movimentos sociais e várias organizações comunitárias, além do diretor de Cultura, Gabriel Rapassi, representando o poder público municipal.

Na mesa de debates estiveram presentes TC Silva, da Casa de Cultura Tainã e Rede Mocambos; Alessandra Ribeiro, da Casa de Cultura Fazenda Roseira e Jongo Dito Ribeiro; Alessandra Gama, do Ponto de Cultura e Memória Ibaô; e Marcelo das Histórias, do Ponto de Cultura NINA.

A partir dessa discussão pública, um grupo de trabalho composto pelo Diretor de Cultura, Gabriel Rapassi, o vereador Gustavo Petta e sua assessoria legislativa e Marcelo Ferreira, representando os Pontos de Cultura, ficou responsável em avançar na elaboração do texto final do Projeto de Lei.

A CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA DA POLÍTICA MUNICIPAL CULTURA VIVA

O texto da Lei Federal 13.018/2004, que institui a Política Nacional Cultura Viva, foi a base para a formulação da Lei Municipal de Campinas. O grupo de trabalho também utilizou como referência a Lei Cultura Viva Estadual do Rio Grande Sul que, entre outras mudanças e avanços em relação à Lei Federal, inovou ao introduzir o Comitê Gestor como mecanismo estruturante de gestão compartilhada.

No dia 5 de agosto de 2015, o Projeto da Lei Municipal é submetido à Comissão de Constituição e Legalidade da Câmara Municipal, com parecer favorável do relator Paulo Galtério (PSB), vereador da base aliada do governo Jonas Donizette.

O relatório aprovado estabeleceu: “Conforme determina a nossa carta Magna em seu artigo 24, VII e IX, cabe ao município suplementar as disposições federais no que couber, ou seja, o que disser respeito a localidade de forma a concretizar a política nacional implementada pela Lei Cultura Viva no âmbito municipal. (...) não havendo que se falar em qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade da presente Norma jurídica. Ante o exposto apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei”.

Aprovado por unanimidade em sua legalidade, o projeto estava apto para ser votado em dois turnos no plenário da Câmara. Depois de algumas negociações com a Secretaria Municipal de Cultura, através do grupo de trabalho, os Pontos de Cultura conseguiram, ainda, apresentar em consenso duas emendas ao texto original.

Para garantir o sucesso da votação, com acréscimo das emendas, o movimento de Pontos de Cultura procurou o vereador André Von Zuben (Cidadania), que à época era o líder do Governo na Câmara. Desde então, Von Zuben tornou-se aliado pela aprovação da matéria, da qual foi relator final.

No dia 5 de outubro de 2015, o texto é aprovado em primeira discussão. E no dia 14 de outubro, na

segunda votação e discussão, André Von Zuben inclui as duas estratégicas emendas que o movimento de Pontos de Cultura havia solicitado.

Uma das emendas estabelecia que, no Artigo 4º – que definia os instrumentos da Política Municipal Cultura Viva, quais sejam, os Pontos de Cultura, Pontões de Cultura e Cadastro Municipal de Pontos de Cultura – foi incluído mais um instrumento, o Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura, com base na inovação que havia sido introduzida na Lei Estadual do Rio Grande do Sul.

Em relação ao Artigo 7º, que definia como seriam reconhecidos os Pontos e Pontões de Cultura, foi igualmente acrescentada a seguinte redação: “Para realizar a avaliação e a seleção dos inscritos, será composta Comissão Julgadora paritária com membros do Poder Executivo Municipal e com membros da sociedade civil, a serem designados pelo Poder Executivo e pelo Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, respectivamente”.

Além disso, em relação ao Artigo 8º, que define as responsabilidades da Secretaria Municipal de Cultura, o movimento de Pontos de Cultura conseguiu que fosse acertada uma forma de assegurar e acompanhar os orçamentos destinados para a Política Municipal Cultura Viva, de acordo com a seguinte emenda: “A Secretaria Municipal de Cultura deverá apresentar, anualmente, para o Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, o plano de metas e investimentos a serem destinados anualmente à Política Municipal de Cultura Viva no ano seguinte”.

Para dar forma e assegurar os mecanismos do Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, foi ainda acrescentado um artigo inteiro, o Artigo 9º, com a seguinte redação:

“I - contribuir na construção de estratégias para a implementação das diretrizes da Política Municipal de Cultura Viva;

II - subsidiar a Secretaria de Cultura de Campinas na elaboração, na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Setorial de Cultura Viva;

III - analisar o plano de metas e investimentos a serem destinados à Política Municipal de Cultura Viva no ano seguinte, apresentado pela Secretaria de Cultura;

IV - definir os critérios de inclusão no Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva;

V - analisar e deliberar sobre as solicitações de inclusão no Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva, atribuindo a chancela aos grupos culturais que atenderem aos requisitos necessários para tanto;

VI - criar seus Regimentos Internos;

VII - indicar, por meio de eleições entre seus pares, seu coordenador. Parágrafo único. O Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva será composto de representantes titulares e suplentes do Poder Público e da sociedade civil, nomeados pelo secretário municipal de Cultura, conforme os segmentos e a forma de escolha indicados a seguir:

I - quatro representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pela Secretaria de Cultura; II - quatro representantes dos pontos de cultura, indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas”.

Com esta emenda e seus respectivos incisos, compondo o Artigo 9º, o movimento conseguiu concretizar um mecanismo e instrumentos concretos de gestão compartilhada para a Política Municipal Cultura Viva. A proposta inicial do movimento era que a sociedade civil tivesse maioria na composição do Comitê, mas essa determinação não foi viabilizada. Ficou então acordado, com a Secretaria Municipal de Cultura, que a composição do Comitê Gestor seria feita com quatro representantes do governo

municipal e quatro da sociedade civil.

Outra vitória do movimento foi a indicação, através do Artigo 9º, que por meio do Comitê Gestor a Política Municipal Cultura Viva estabelecerá um diálogo com as estruturas oficiais e irá se vincular ao Sistema Municipal de Cultura, que se encontrava em processo de implementação. Quando o Sistema Municipal de Cultura fosse estruturado, a Política Municipal Cultura Viva já teria garantida a sua participação, por exemplo, através do Plano Setorial de Cultura Viva.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL CULTURA VIVA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Um momento marcante no processo que culminou com a aprovação da Lei Municipal Cultura Viva foi a realização em Campinas, no dia 23 de abril de 2015, do Circuito Cultura Viva, com a presença da secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Ivana Bentes.

A secretária já tinha laços com a rede de Pontos de Cultura de Campinas, em função de sua atuação no Laboratório de Políticas Culturais da UFRJ, que foi até 2015 um importante instrumento de resistência e mobilização do Cultura Viva, tendo em sua equipe integrantes do Ponto de Cultura NINA, de Campinas.

O Circuito Cultura Viva foi uma ação implementada pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) com o propósito de mapear demandas de grupos, organizações e artistas de todo o Brasil e construir, de forma participativa, uma agenda em torno da diversidade cultural.

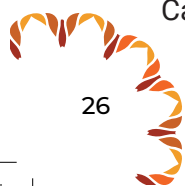
A primeira agenda do Circuito em Campinas foi uma visita de Ivana Bentes à Estação Cultura, na época um dos principais locais de fomento da Cultura Viva. A secretária pôde conhecer o processo de gestão compartilhada entre o poder público local, coletivos e Pontos de Cultura em vigor no Laboratório de Produção Cultural da instituição.

A secretária foi recebida pela coordenadora da Estação Cultura, Maria Cecília Pires de Campos, que também acompanharia Ivana Bentes na agenda seguinte, uma visita ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI). No CTI, foi discutida uma possível cooperação técnica na construção do Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura e em outras tecnologias de gestão.

Ainda na programação do Circuito, Ivana Bentes visitou a Casa de Cultura Fazenda Roseira. A atividade de encerramento do circuito foi a participação da secretária no encontro “Pajelança Quilombólica Digital: Territórios Digitais Livres”, realizado na Casa de Cultura Tainã.

Durante o evento, a secretária conheceu mais de perto essa instituição tão importante para a rede nacional dos Pontos de Cultura. Na ocasião, Ivana enfatizou a relevância da aprovação da Lei Nacional Cultura Viva, dizendo na ocasião: “Esta nova legislação possibilitou a transformação do Cultura Viva em política de Estado, graças à união dos Pontos de Cultura do país”. “Nós partimos da cultura para pensar em saúde, educação e formação. Para isso, temos de trabalhar com uma experiência de cogestão com as políticas públicas como esta rede de Campinas demonstra”, acrescentou.

A mobilização dos Pontos de Cultura de Campinas foi mantida até as votações da Lei Municipal Cultura Viva, em outubro de 2015. Naquele momento, transcorriam de forma paralela as últimas tratativas para o estabelecimento de convênio entre o Ministério da Cultura e o município de Campinas, no valor de 2 milhões de reais, sendo cerca de 1,2 milhão o valor dos recursos federais para a



consolidação e ampliação da rede de Pontos de Cultura no município. O restante do valor correspondia às contrapartidas do município.

Efetivamente, o convênio seria assinado, no dia 21 de outubro de 2015, no ato no Salão Azul da Prefeitura de Campinas, que também marcou a comemoração da sanção da Lei Municipal Cultura Viva. O evento contou com a presença da secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Ivana Bentes, e de dezenas de representantes de Pontos e Casas de Cultura de Campinas e movimentos sociais.

Estava oficializada a implantação da Lei Municipal Cultura Viva Campinas, como mais um passo do processo que começou na cidade, no final da década de 1980, com os primeiros Pontos de Cultura assim denominados no Brasil. Era mais um reconhecimento do papel de Campinas na trajetória do conceito de Cultura Viva, que se fortalecia apesar da continuidade de desafios, que aumentariam após o golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

O ambiente político cada vez mais negativo para as forças progressistas naturalmente se refletiu no cenário do Programa Cultura Viva a nível nacional, com repercussões também nas esferas estadual e municipal. Os recursos originalmente previstos demoraram a ser materializados e a Secretaria Municipal de Cultura demorava a regulamentar a Lei Municipal, que estabelecia claramente em seu Artigo 11º: “Esta Lei entra em vigor na data de sua regulamentação”.

Diante desses impasses, a níveis nacional e municipal, em julho de 2017, com o objetivo de avançar na regulamentação da Lei Cultura Viva Municipal e refletir sobre o futuro dos Pontos de Cultura na América Latina, o Ponto de Cultura NINA, em parceria com a rede de Pontos de Cultura e coletivos de Campinas, o laboratório de Políticas Culturais e a Agência de Notícias das Favelas (ANF) realizou o Encontro Cultura Viva nas Cidades da América Latina

Com apoio do Programa IberCultura Viva e reunindo 40 especialistas e gestores culturais de oito países, além de representantes de diversas cidades brasileiras, o Encontro realizado na Estação Cultura, em Campinas, teve resultados importantes, como a inspiração para a criação das Leis Municipais Cultura Viva em Niterói (RJ) e Belo Horizonte (MG). Mesmo com o sucesso e a repercussão do Encontro, por falta de vontade política, a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas não avançava na regulamentação da Lei Municipal.

Entretanto, a luta pela regulamentação e implementação da Política Municipal Cultura Viva alcançou uma vitória em 2018, na 4ª Conferência Municipal de Cultura. Nessa Conferência, foi aprovada a proposta de reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e foram construídas as minutas do Plano Municipal de Cultura, com metas para os próximos 10 anos, e da Lei do Sistema Municipal de Cultura.

Foram ainda deliberadas diversas ações transversais do Plano Municipal Cultura Viva, com destaque para a Meta 16 do Plano Municipal, que versa sobre Cidadania Cultural. Na Conferência, foi aprovada a ação 16.2: “Implantar a Política Municipal Cultura Viva, em cumprimento à Lei Nacional nº 13.018, de 22 de julho de 2014 e à Lei Municipal nº 15.089, de 9 de novembro de 2015. Com suas metas de curto, médio e longo prazo:

- Curto prazo: Lei Cultura Viva regulamentada. Cadastro municipal dos Pontos de Cultura de Campinas implantado.
- Médio prazo: 1 edital para Pontos e Pontões de Cultura lançado bianualmente, contemplando, no mínimo, 20 Pontos e 2 Pontões. Teia Municipal realizada com regularidade,
- Longo prazo: 1 edital para Pontos e Pontões de Cultura lançado bianualmente, contemplando, no

mínimo, 40 Pontos e 4 Pontões”. Também foi prevista uma série de indicadores para poder acompanhar concretamente a implementação da Política Municipal Cultura Viva.

Mesmo com todo esse esforço, os primeiros editais ligados ao convênio entre o MinC e o Município de Campinas foram lançados no final de 2018, ainda sem a regulamentação da Lei Municipal. Os editais seguiram a legislação nacional.

O Edital 001/2018, publicado no Diário Oficial do Município no dia 2 de outubro de 2018, estipulava o apoio a 21 projetos de Pontos de Cultura em Campinas, com a destinação de cerca de 60 mil reais por projeto.

Na mesma data, o Diário Oficial do Município publicou o Edital 002/2018, descrevendo os termos para a escolha de um Pontão de Cultura, que receberia cerca de 400 mil reais para realizar suas atividades. Pelo Edital, o Pontão de Cultura escolhido funcionaria como “um instrumento de articulação de ações e projetos já existentes nas comunidades, desenvolvendo em rede ações culturais continuadas nos mais diversos campos e linguagens artístico-culturais, ou em áreas temáticas”.

O processo de seleção ocorreria ao longo de 2019. Era um salto à frente na consolidação da rede de Pontos de Cultura de Campinas. Um momento especial do processo, de caráter celebrativo e de reafirmação do conceito da Cultura Viva, seria a realização da TEIA Campinas.



Debate público realizado na Câmara Municipal de Campinas no dia 03/07/2017 durante o Encontro Cultura Viva nas Cidades da América Latina . Com representação de 8 países e 40 cidades sobre Lei Municipal Cultura Viva. Crédito: Acervo da Câmara Municipal de Campinas.



“TEIA CAMPINAS, ÚLTIMA GRANDE MANIFESTAÇÃO ANTES DA PANDEMIA”, POR JOSÉ PEDRO MARTINS E MARCELO RICARDO FERREIRA

A Estação Cultura, um dos territórios de fortalecimento do conceito de Cultura Viva em Campinas, foi instalada na estação central da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurada em 1872, portanto no auge do Ciclo do Café e fruto da força do capital dos cafeicultores e da engenharia britânica. Ao longo de sua história, a Estação Central da Paulista foi um dos principais pontos de encontro da cidade, de chegada e partida de pessoas em busca de novos projetos de vida. Um ícone da contraditória história de Campinas, cidade vocacionada para a inovação, para o diálogo entre culturas, mas ao mesmo tempo com uma trajetória marcada por opressão e injustiças, de um lado, e resistência e resiliência, de outro.



Pois esse espaço simbólico e histórico foi a sede, entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2020, da TEIA – Economia Viva Campinas Compartilhando Saberes e Novas Economias. Organizado pela Prefeitura Municipal e Ministério da Cultura em conjunto com o Pontão de Cultura Areté em parceria com os Pontos de Cultura de Campinas, o evento seguia o conceito da TEIA, uma das principais iniciativas ocorridas no âmbito do Cultura Viva na articulação de rede, realizadas com o objetivo de proporcionar o encontro, a troca de sabores e saberes, dos coletivos culturais, dos movimentos e organizações sociais de uma determinada região do país. Uma ação para celebrar a diversidade cultural, étnica e de gênero característica da formação do Brasil.

Com essa dimensão, a TEIA Campinas ofereceu para um público de 12 mil pessoas, da cidade e região, uma vasta programação gratuita que incluiu shows, teatro, exposição fotográfica, artes plásticas, oficinas, mostras de audiovisual, gastronomia, programação infantil, cultura digital, laboratório hacker e um conjunto de ações de comercialização de produtos e serviços dos Pontos de Cultura.

Na prática, era um evento que celebrava a afirmação da Política Nacional e Municipal Cultural, através da aprovação das respectivas Leis Nacional e Municipal, na cidade onde emergiu o conceito de Cultura Viva, a partir dos Pontos de Cultura pioneiros do final da década de 1980. E fazia isso com um tributo às matrizes culturais indígena e afro-brasileira, que estão na própria origem de uma visão popular e comunitária de cultura, evoluída ao longo do tempo nos quilombos, nas aldeias, nas diversas formas de afirmação e construção da identidade cultural brasileira, até chegar aos quilombos culturais, aos espaços ocupados por coletivos e movimentos que propõem uma gestão participativa e compartilhada do processo de produção e difusão cultural.



Cortejo de Abertura da TEIA na Rua 13 de Maio em Campinas. Fev/2020. Crédito: Neander Heringer

Como em muitas ações sob o conceito da Cultura Viva, a TEIA Campinas foi aberta no dia 28 de fevereiro com um Cortejo, que subiu da Catedral Metropolitana de Campinas até a Estação Cultural. À frente, a bandeira que simboliza a Cultura Viva e estandartes em homenagem ao Mestre Alceu e a Mãe Isabel. O Cortejo contou com a participação, entre outros, de Rodrigo, Alabê do Ilê Asé Omo Oyá Bagã Odé Ibô e um dos coordenadores do Ponto de Cultura Caminhos, tendo sido o responsável pela coordenação musical da atividade, ao lado de Mãe Eleonora, que cuidou do cerimonial. Ainda participaram Rosa Sales e Dona Tina, coordenadores do Samba de Bumbo Nestão Estevam e representantes familiares do Mestre Alceu.

Homenagens a Mãe Isabel e Mestre Alceu foram, de fato, algumas das múltiplas atividades na programação da TEIA Campinas. Caso da Feira Criativa “Mãe Isabel”, um espaço de tributo à Mãe Isabel e onde mulheres empreendedoras de Campinas e região apresentaram e venderam seus produtos autorais. Mãe Isabel liderou no município de Hortolândia uma cooperativa baseada na economia solidária: a Grife Criolê. A marca de roupas tornou-se uma das ações do Ponto de Cultura Caminhos, ao lado de projetos cultivando a diversidade cultural das comunidades de terreiros. Ela faleceu em 2018, deixando como legado a crença na cultura como instrumento de empoderamento, como algo que

pode contribuir com a superação da vulnerabilidade social e no combate ao racismo. Mãe Isabel foi homenageada, entre outros, pela mãe de santo negra Eleonora, liderança do Território de Oyá e que foi fundamental na construção da TEIA Campinas.

Do mesmo modo, a TEIA Campinas prestou um tributo ao Mestre Alceu, como é conhecido Alceu José Estevam, membro de uma família com tradição no Samba de Bumbo Campineiro desde o seu avô, Estevam Ernesto, o Nestão, que era chefe de batalhão e passou o bastão para o tio, Nestor Estevam, e para a mãe de Alceu, Ernestina Estevam. Desde 1988 o Mestre Alceu desenvolvia o Samba de Bumbo no Grupo Urucungos, Puítas e Quijengues, em Campinas. Em seu esforço por preservar o Samba de Bumbo, Mestre Alceu recuperou dois bumbos, de quase 90 anos, que pertenciam aos antigos sambaqueiros e sambadeiras. O Palco Mestre Alceu foi um dos territórios centrais de reverência à ancestralidade afro-brasileira na TEIA Campinas. Mestre Alceu faleceu em 18 de junho de 2018, durante o processo de solicitação de tombamento do Samba de Bumbo Campineiro como patrimônio imaterial.



Feira de Orgânicos da TEIA produzido pelo LIVRES – Rede de Produtos do Bem e com Produtos do Acampamento Marielle Vive e CONAFER Fev/2020. Crédito: Neander Heringer

Outra atividade foi o espaço do LIVRES – Rede de Produtos do Bem, composta por produtores do acampamento Marielle Vive e do CONAFER. Foram apresentados produtos como cerveja, café, chocolate, suco, doce, arroz, farinha, verduras, legumes e frutas, entre outros, expostos com o intuito de quebrar o rótulo gourmet do orgânico. O LIVRES criou um novo modelo de produção, comercialização e logística para viabilizar o consumo de alimentos sem agrotóxicos. Por meio de uma plataforma, organiza grupos de consumidores, feiras e lojas que funcionam em sistema de permutas de prestação de serviços, créditos solidários etc., integrando produtores e consumidores.



Feira Indígena realizada em parceria com o Ponto de Cultura EtnoCidade. Crédito: Marina Barbim

A TEIA Campinas contou ainda com a Feira Indígena, onde indígenas de diversas etnias promoveram a exposição e comercialização de artesanatos, alta gastronomia indígena e práticas de saúde, compartilhando vivências e participando de rodas de conversa. A viabilização da Feira Indígena teve importante participação do EtnoCidade, ponto de cultura que atua na região de Campinas dando visibilidade às tradições indígenas no contexto urbano, com ações voltadas para instituições culturais e educacionais. Na Feira, o EtnoCidade contou com expositores de artesanato (cestarias, colares, brincos, entre outros) e uma barraca de comida sob o comando da chef Lu Ahamy. Pertencente ao povo Guarani M'bya, Lu Ahamy fez o elo como liderança dos povos ameríndios presentes na TEIA: Kariri Xoco, Tupi Guarani, Fulni-ô, Carajá, Krenak, Trumay, Waura, Tukano, Tariano, Kuparak, Borun, Baniwa, Nhandeva, Xucuru e Pankararu.



Feira Indígena realizada em parceria com o Ponto de Cultura EtnoCidade. Crédito: Neander Heringer

Outro espaço especial na TEIA Campinas foi o da Cultura da Infância, organizado pelo Ponto de Cultura Terraço Garatuja – Coletivo Passarinhos. Brincadeiras, oficinas, peças de teatro, cinema e shows foram oferecidos para as crianças mergulharem, de forma lúdica, no universo da cultura popular brasileira.



Feira Apresentação do Palhaço Pinico no Espaço Cultura da Infância, produzido pelo Ponto de Cultura Terraço Garatuja - Coletivo Interdisciplinar Passarinha. Crédito: Neander Heringer

A Cultura Digital também contou com programação especial na TEIA com uma espaço com diversas ações dedicadas ao tema tendo a Casa de Cultura Tainã como organizadora em parceria com o Coletivo Socializando Saberes.

Neste espaço, o público pode conhecer e vivenciar o Baobáxia, um repositório multimídia projetado para operar em comunidades rurais com nenhuma ou pouca Internet. Uma rede na Baobáxia é uma coleção de mucúas ou nodos (nós). Cada mucúá é um computador ligado na rede da comunidade, onde os usuários podem fazer upload da própria produção cultural, na forma de áudio, vídeo, texto e imagens. O conteúdo de cada mucúá pode ser sincronizado com o de outras mucúas, *online* ou *offline* através das mucúas móveis das pessoas que circulam nas comunidades. As memórias dessa forma se espalham de modo que cada nó pode potencialmente abrigar todo o conteúdo de toda a rede. A Baobáxia foi gerada e implementada pela Rede Mocambos, uma colaboração entre quilombos em todo o Brasil, coordenada pela Casa de Cultura Tainã, de Campinas. No espaço Baobáxia foram montados os estúdios da TV Tainã, que promoveu várias rodas de conversa e transmitiu os shows da TEIA em *software* livre.



Roda de Conversa Mulheres na Economia Viva com Alessandra Ribeiro, Lu Ahamy, Mãe Eleonora e Maria Cecília Campos no Espaço Baobáxia. Crédito: Neander Heringer

Também participou do espaço baobáxia a Casa Hacker e o Programa Wash, que apresentaram suas ações, e o FabLab, um laboratório de fabricação digital instalado na Casa de Cultura Itajaí na região do Campo Grande, uma das mais populosas da cidade.

A TEIA contou com iniciativas de promoção da acessibilidade através de uma exposição sobre os conceitos do Cultura Viva e Pontos de Cultura de Campinas com audiodescrição para cegos. No palco principal, os Shows tiveram intérpretes de libras e audiodescrição. Estas ações tiveram a coordenação de Bell Machado, especialista em acessibilidade cultural.



Grupo de pessoas com deficiência visual do Centro Cultural Louis Braille com a responsável pela audiodescrição dos conteúdos da exposição Bell Machado. Crédito: Neander Heringer

A programação da TEIA Campinas também contou com vários shows, como os de Afoxé Ponto de Cultura e Memória Ibaô, Orquestra Tambores de Aço, Chico César, Orquestra do Ponto de Cultura Anelo, Jongo Dito Ribeiro e Jongo Filhos da Semente, Banda Ori e Grupo de Dança Oju Obá e Rita Benneditto, entre outros.



Show de Chico César com Orquestra dos Tambores de Aço na TEIA Campinas em Fev/2020.
Crédito: Marina Barbim

Entre outras presenças de enorme simbolismo na TEIA Campinas, estiveram o Mestre Lumumba e TC Silva, contribuidores com o conceito de Cultura Viva desde os tempos do Grupo de Teatro Evolução até a Casa de Cultura Tainã e Rede Mocambos, no caso de TC. E, ainda, do próprio Célio Turino, idealizador e principal propulsor do Programa Cultura Viva no MinC, na gestão de Gilberto Gil.



Mestre Lumumba e TC Silva na TEIA Campinas. Crédito: Neander Heringer

Sucesso em termos de valorização da diversidade etnocultural brasileira, a TEIA Campinas também teve êxito financeiro. Foram comercializados cerca de R\$120.000, entre a Praça de Alimentação, Feira Indígena, Feira Criativa e Solidária e Feira de Produtos Orgânicos.

A TEIA Campinas foi o último grande evento cultural na cidade antes da pandemia de COVID-19 e da entrada em vigor dos protocolos de confinamento e veto a aglomerações. Assim, o evento também teve o significado de afirmação e reafirmação da beleza da vida, intrínseca na biodiversidade natural, étnica e cultural brasileira, como uma projeção para os novos tempos que virão, depois de encerrada a mais grave crise sanitária do século 21 e que deixará marcas profundas em termos civilizatórios. Apesar de tudo, os tambores da resistência continuarão ecoando, nos corações abertos para uma Cultura Viva, comunitária e solidária.



Mestre Lumumba e Banda na TEIA Campinas em Fev/2020. Crédito: Marina Barbin



“UM MAPEAMENTO EM CONSTRUÇÃO DA REDE DOS PONTOS DE CULTURA DE CAMPINAS”, POR MARITA SIQUEIRA E PONTÃO DE CULTURA ARETÉ

Mapear o setor da cultura é um desafio permanente, dada sua dinâmica de constantes mudanças e o surgimento de novas iniciativas. A listagem aqui presente é, portanto, uma parcela dos Pontos de Cultura existentes hoje em Campinas, mas de forma alguma deve ser entendida como uma listagem definitiva ou completa, visto que existem tantas outras organizações que poderiam aqui figurar, mas que pelas limitações deste livro não puderam. Aqui, foram priorizados os Pontos de Cultura contemplados no Edital 01/2018 e Pontos de Cultura históricos na cidade que foram citados nos textos deste livro.



CCLA – CENTRO DE CIÊNCIA, LETRAS E ARTE

O Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) é uma entidade cultural particular e sem fins lucrativos, fundada em 31 de outubro de 1901, em Campinas, por um grupo de cientistas, artistas e intelectuais que decidiram criar uma instituição em que pudessem se reunir para o estudo e a produção de atividades científicas e artísticas.

Conta atualmente com uma biblioteca de 150 mil volumes, uma pinacoteca e dois museus, dedicados ao Maestro Carlos Gomes e a Campos Sales, uma galeria de arte, sala de leitura, vitrine cultural e auditório para 220 pessoas. Também como Ponto de Cultura propõe a revitalização dessas ações de valorização do patrimônio campineiro sob sua guarda, intermediando uma maior integração da população com sua própria história. Pela mobilização dos integrantes e apoiadores da instituição e apoio dos órgãos de gestão públicos criando uma rede de interesses que cooperem para o saber comum.

Onde fica: Rua Bernardino de Campos, 989, Centro – Campinas/SP

Telefone: (19) 3231-2567 | Fax: (19) 3232-7119

Email: ccla@ccla.org.br



CENTRO CULTURAL TEATRO DE ARTE E OFÍCIO (TAO) / OS GERALDOS

O Teatro Arte e Ofício (TAO) atua há 35 anos em Campinas, figurando como um dos mais tradicionais espaços culturais da cidade, que nunca paralisou suas atividades. Tem como objetivo desenvolver atividades culturais e pedagógicas. Sua articulação com a sociedade e com o contexto cultural da região sempre foi notável, tendo sediado, em 2006, o Ponto de Cultura “A Era do TAO” e sido declarada, no ano seguinte, um órgão de Utilidade Pública Municipal. Em 2017, firmou uma parceria com o grupo de teatro “Os Geraldos”, também de Campinas, para aprimorar sua infraestrutura cênica e resgatar sua potente atuação. A gestão como Ponto de Cultura, desde 2019, é realizada agora com essa parceria.

Por sua vez, o grupo Os Geraldos tem 12 anos de presença no interior paulista, com circulação de seus sete espetáculos, além de atividades formativas em teatro e gestão cultural. Dono de ampla atuação – aliada à constituição de espaços dedicados à arte e à cultura, para além de uma sede – o grupo foi indicado ao Prêmio Governador do Estado de Territórios Culturais em 2017.

Onde fica: Rua Conselheiro Antônio Prado, 529, Vila Nova – Campinas, SP

Telefone: (19) 3327-1605 / 99276-7571

Email: ccla@ccla.org.br

REDES SOCIAIS

Facebook: [@osgeraldosteatro](https://www.facebook.com/osgeraldosteatro)

Instagram: [@osgeraldosteatro](https://www.instagram.com/osgeraldosteatro)

Site: www.osgeraldos.com.br



COMPANHIA DE TEATRO SIA SANTA

A Companhia de Teatro SIA Santa é uma associação cooperativa dirigida por Crispim Júnior e Jorge Fantini, com um quadro social de mais 30 artistas e aproximadamente 60 espetáculos produzidos. Em 1993, foi reconhecida como Órgão de Utilidade Pública pela Lei Municipal 7523/93 e, desde 2007, integra a rede dos Pontos de Cultura.

A instituição, que completa, em 2020, 47 anos formando plateias, é dirigida pelos fundadores, Crispim Júnior e Jorge Fantini, e tem um quadro social formado por mais de 30 artistas e técnicos profissionais. Já produziu mais de 60 espetáculos teatrais. O Repertório 2020 da SIA Santa conta com 17 espetáculos, além de oficinas, performances temáticas e teatro sob medida. Em 2009, o Ponto de Cultura Teatro SIA Santa foi selecionado no Edital do Governo do Estado de São Paulo.

Onde fica: Teatro Escola Sia Santa - Rua Sebastião Paulino dos Santos, nº 32, Parque Santa Bárbara – Campinas, SP

Telefone: (19) 3281-3174

Email: ccla@ccla.org.br

REDES SOCIAIS

Facebook: @teatroescolasiasanta

Instagram: @teatrosiasanta

Site: www.siasanta.art.br



INSTITUTO ANELO

O Instituto Anelo é uma associação civil sem fins lucrativos que oferece aulas gratuitas de música na região Noroeste de Campinas. Tem origem em 1996 no bairro Jardim Florence I, quando o jovem Luccas Soares decidiu investir todas as suas economias na compra de um teclado. No ano seguinte, formava, junto com amigos, a Banda Anelo, embrião do que é, hoje, o Instituto.

Constituído oficialmente no ano de 2000, ao longo de 20 anos atendeu aproximadamente 4500 alunos nos seguintes projetos: Brincando com os Sons (musicalização infantil); Instrumentos e Canto; Prática de Banda; e Sanfônica (aulas de acordeão). No início, o público-alvo eram crianças e adolescentes, mas atualmente é um projeto intergeracional, com alunos dos 5 aos 77 anos. Alguns dos professores de hoje foram os alunos de ontem, cujas notas musicais constroem seu legado.

Tornou-se Ponto de Cultura em 2019. O Ponto de Cultura patrocina o projeto Orquestra Anelo. Formada em 2018.

Onde fica: Vicente de Marchi, 718, Jardim Florence I – Campinas, SP

Telefone: (19) 3227-6778

Email: ccla@ccla.org.br

REDES SOCIAIS

Facebook: @institutoanelo

Instagram: @institutoanelo

YouTube: Instituto Anelo

Site: www.anelo.org.br



INSTITUTO ARNEA

O Instituto ARNEA foi fundado em 21 de fevereiro de 2009 por moradores atuantes a mais de 30 anos junto às comunidades do Jardim Campineiro, São Marcos, Santa Mônica e adjacências, com o objetivo de estimular o convívio e a integração social por meio de atividades culturais, esportivas e educativas, estando sua sede localizada no Jardim Campineiro.

Atualmente, seu foco principal é promover o desenvolvimento comunitário e a inclusão cultural de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. Entre as principais ferramentas utilizadas estão a arte da dança como acesso à diversidade cultural e o incentivo ao aprendizado de línguas como o inglês e o espanhol por meio de bolsas de estudos (através de parceria junto ao CNA - Unidade Guanabara), criando novas perspectivas na vida dos educandos, além de atuar na promoção do desenvolvimento sustentável, defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

O Instituto ARNEA já atendeu diversas gerações de cidadãos/ãs, estando regularizado junto a todos os segmentos correlatos, sendo reconhecido como Ponto de Cultura em 2019.

Onde fica: Av. Maria Luiza Pompeo de Camargo, 274, Jardim Campineiro – Campinas, SP

Telefone: (19) 99621-5553

Email: ccla@ccla.org.br

REDES SOCIAIS

Facebook: @arneainstitute

Instagram: @arneainstitute

Site: www.institutoarnea.org.br



INSTITUTO BAOBÁ DE CULTURA E ARTE - IBAÔ

O Instituto Baobá de Cultura e Arte foi reconhecido como ponto de cultura pelo (extinto) Ministério da Cultura, em 2009, e como ponto de memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2012. O eixo de ações é no campo da memória e museologia social, tendo como foco a realização contínua de pesquisa, documentação e difusão de acervo das culturas de matriz africana, por meio de mobilizações coletivas e comunitárias.

Realiza aulas de capoeira, percussão e de afoxé abertas para a comunidade e algumas específicas realizadas com o público infantil e da rede pública de ensino. Nos últimos anos também realizamos o evento sociocultural Balaio das Águas, que faz parte do calendário do Ibaô, indo para a sua sétima edição em 2019.

Onde fica: R. Ema, 170, Vila Padre Manoel de Nobrega, Campinas (SP)

Telefone: (19) 3342-5911

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/ibaocps

Instagram: @ibaocps

Site: www.institutobaoba.wordpress.com



INSTITUTO DE PERNAS PRO AR

O Instituto de Pernas Pro Ar existe há nove anos e é reconhecido como Ponto de Cultura desde 30 de maio de 2016. Promove cultura, esporte e educação por meio de oficinas de capoeira, danças, contação de história, música, jiu-jitsu, saltos e acrobacias, saraus, entre outras atividades. Os participantes (crianças, jovens e idosos) recebem alimentação e acompanhamento assistencial, totalmente gratuitos.

Tudo começou com o livro Infantil “De Pernas pro Ar- Recontando a Nossa História”, da pedagoga e professora de capoeira Josiane da Silva. Com os recursos da venda do primeiro lote do livro, ela decidiu criar um espaço próprio na comunidade destinado à promoção da educação e da cultura. Utilizando parte de terreno cedido pela sua mãe, inaugurou seu centro no dia 03 de agosto de 2011. Desde então, atendeu aproximadamente 2 mil pessoas.

Onde fica: Rua Joaquim de Faria, 304, Jardim Santa Cruz, Campinas

Telefone: (19) 98217-1897

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/institutodepernasproar

Instagram: @depernas_proar

Site: www.depernasproar.org



INSTITUTO IDEIA COLETIVA

O Instituto Ideia Coletiva foi criado em 2006, mas as atividades começaram efetivamente em 2009, é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que possui reconhecimento do Ministério da Justiça e demais órgãos públicos, desde 2014, e tornou-se Ponto de Cultura dois anos depois. Atua na formação e difusão cultural, idealizando e executando projetos em todo território nacional. Trabalha com projetos de formação artística, por meio de oficinas de cinema, de fotografia, de teatro, mostras de cinema e outras linguagens artísticas, como música, dança, teatro, mas o foco maior é o cinema.

A equipe principal é formada por Roberto Limberger, Kora Prince, Cintia Antunes. Tem ainda parceiros como Nandê Caetano, Thiago Elias, Daniel de Almeida, Mariana Atauri, Elias Abraham, Izabel Magnani, Guga Cacilhas, Rodrigo Lopes, Caio Magalhães, entre outros.

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/ideiacoletiva13

Instagram: [@ideiacoletivacultura](https://www.instagram.com/ideiacoletivacultura)

Site: www.ideiacoletiva.org.br



COLETIVO INDISCIPLINAR PASSARINHAS

O Coletivo Interdisciplinar Passarinha nasceu em 2004 e virou Ponto de Cultura em 2019, em Campinas. O grupo trabalha com ações artísticas que transbordam as disciplinas, em busca de possibilidades de agir de forma sustentável, a partir de conhecimentos primário, vindo das curandeiras, das toadas, louas e canções, feitas com os recursos da terra e cultivado pelo amor à vida.

A Passarinha tem bando espalhado por muitas partes, fazemos ações itinerantes e também cultivamos vizinhanças em territórios. Estamos pelo litoral do Ceará, Londrina (PR) e Campinas (SP).

Tem como sede o Ponto de Cultura Terraço Garatuja, que é uma sala de práticas indisciplinadas, que atua em rede com artistas e entidades. Promovemos ações artísticas e formativas em nossa sede e também em espaços públicos da cidade.

Onde fica: São Miguel Arcanjo, 1.539, 2o andar, Jardim Nova Europa, Campinas (SP)

Telefone: (19) 98444-3656

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/coletivopassarinha

Instagram: @terracogaratuja



COOPERATIVA CULTURAL UGAMBİKKULA

A Cooperativa Cultural Ungambikkula nasceu em 2009, cinco anos após a criação da banda. Os integrantes se conheceram durante um curso de formação em terapia transpessoal, o que explica - em partes - o trabalho desenvolvido com versão terapêutica e estudo sobre a evolução da consciência.

Ao longo desse tempo, a banda composta por nove dos 18 integrantes da cooperativa, atualmente fez dezenas de temporadas de show em "casa", no Espaço Cultural Ungambikkula, em Barão Geraldo. É um espaço multiartístico e inspirados em diversas etnias, onde ocorrem espetáculos, cursos, reuniões, eventos e celebrações.

Onde fica: Av. Santa Isabel, 1.834, Vila Santa Isabel, Campinas (SP)

Telefone: (19) 3288-1063

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/ungambikkula

Instagram: @ungambikkula

Site: www.ungambikkula.com.br



PONTO DE CULTURA OFICINA CULTURAL DA MULHER / INSTITUTO PADRE HAROLDO

Há 9 anos, um grupo de mulheres luta pela regularização da terra no bairro Jardim Columbia, no Campo Belo, em Campinas. Ao longo desta jornada, elas inauguraram a Oficina Cultural da Mulher Menino Chorão, onde desenvolvem atividades culturais como oficinas, formações, rodas de conversas e ações de mobilização social pelas lutas e conquistas de diversas demandas locais. Nos encontros, abordam soberania alimentar e meio ambiente, economia solidária, cultura popular, memória, identidade e participação social.

Em 2019, o espaço foi contemplado no edital municipal Cultura Viva, tornando-se ponto de cultura e garantindo assim a realização do projeto Nossa Gente, Nossos Saberes, que visa o fortalecimento organizativo de 12 mulheres moradoras do bairro. Elas já realizaram a horta coletiva com revezamento de cuidado, a composteira coletiva do espaço, a Feira Mega Artesanal, oficinas de canto e danças tradicionais, elaboração de brinquedos para o dia das crianças, porta-retratos, visitas a hortas comunitárias do próprio bairro, oficina de construção de papel a partir da fibra da bananeira e ensaios fotográficos.

Atua em parceria com a Instituição Padre Haroldo Rahm, uma entidade filantrópica fundada em 28 de maio de 1978, por inspiração do missionário jesuíta Padre Haroldo Rahm e um grupo de pessoas sensibilizadas pelo sofrimento de pessoas que sofriam com o uso grave de álcool e outras drogas.

Onde fica: R. Dr. João Quirino do Nascimento, 1.601, Jardim Boa Esperança, Campinas (SP)

Telefone: (19) 3794-2500

REDES SOCIAIS

Facebook: @institutopadreharoldo

Instagram: @institutopadreharoldo

Site: padreharoldo.org.br



ARETÉ GESTÃO CULTURAL E APOIO AO TERCEIRO SETOR

A Areté Gestão Cultural e Apoio ao Terceiro Setor é uma organização da sociedade civil que trabalha desde 2014 no fortalecimento de projetos e entidades dos setores de cultura, cidadania, preservação e salvaguarda do patrimônio em Campinas e região. Foi fundada por profissionais dos Pontos de Cultura NINA, Usina Geradora e Casa de Cultura Fazenda Roseira e das áreas jurídica e contábil, tendo como sua principal mantenedora a Alternativa Assessoria Contábil, que ao longo de 20 anos se especializou no atendimento ao terceiro setor, em contabilidade e prestação de contas de projetos culturais, sociais e de economia criativa.

O nome Areté significa “dia festivo”, que ilustra bem o encontro, as manifestações culturais e o bem viver a partir da atuação dos Pontos de Cultura e dos conceitos da Cultura Viva Comunitária. Ele simboliza o encontro a partir da gestão e do fazer cultural e gera processos, conexões, atuação em rede e ações colaborativas tanto nos territórios, como em seus serviços, potências e desafios. Inspirados pela diversidade cultural, festejamos a excelência em realizar o bem viver sustentável com arte, cultura, diversidade, cidadania e memória em diálogo com a economia criativa.

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/aretecultural

Site: www.aretecultural.com.br



CASA DE CULTURA AQUARELA

A Casa de Cultura Aquarela foi fundada em 1989 pelo arte-educador e teatrólogo Marcos Brytto, tendo como principal objetivo fomentar a arte e a educação. Além de espetáculos teatrais, a Aquarela coordena diversas ações como oficinas culturais, semanas de leitura, colônias de férias, projetos-escolas, e, atualmente, oferece cursos de pós-graduação.

Já foi premiada 35 vezes e indicada 15 vezes como melhor grupo de popularização de teatro em Campinas. Ao longo da sua história, os espetáculos foram vistos por mais de 200 mil crianças em pelo menos 350 escolas desde sua fundação. A Casa, dispõe de um acervo de duas mil peças de figurino, utilizados nas diversas ações promovidas pela mesma.

Onde fica: R. Antônio Carlos Neves - Chácara Campos Elíseos, Campinas (SP)

Telefone: (19) 3308-3790

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/casadeculturaAQUARELA

Instagram: @casadeculturaaq

CASA DE CULTURA ITAJAÍ

A Casa de Cultura Itajaí nasceu nos anos 1990 a partir da mobilização de moradores do bairro, que hoje está inserido no distrito do Campo Grande. Tem como protagonistas Anunciação Marqueza e João Cícero, um dos líderes da comissão popular criada para reivindicar necessidades básicas, como água, luz e creche, e que adiante formou-se a Casa de Cultura, onde são desenvolvidas ações socioculturais e educativas para a comunidade local.

A fundação da Casa de Cultura está ligada à Companhia de Habitação Popular (Cohab), com a distribuição de lotes urbanizados, no final dos anos 80, para a população de baixa renda. Diante da carência de uma biblioteca próxima, a Casa de Cultura Itajaí foi inaugurada em 21 de julho de 1990 e durante dois anos foi gerida pela comunidade.

Em 2001, a Secretaria Municipal de Cultura passou a administrar o espaço, mas sempre gerindo junto com os moradores da região. O espaço desenvolve ações de políticas públicas que promovam ações relacionadas à diversidade cultural, educação e cidadania.

Onde fica: Rua Benjamin Moloisi, 669 - Conjunto Habitacional Parque Itajaí, Campo Grande, Campinas

Telefone: (19) 3221-9312



CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA

Urucungos, Puítas e Quijengues A Casa de Cultura Fazenda Roseira é sede de gestão compartilhada da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, instalada na Casa Sede da antiga Fazenda Roseira, no Jardim Roseira, bairro de Campinas. A casa, construída a partir do final do século 19, de pau a pique (taipa) e tijolos, foi reformada em 1920 e utilizada pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, desde 2007.

Tem como objetivos fomentar o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento técnico, científico e institucional, intercâmbio e demais ações e projetos voltados à recuperação e preservação do patrimônio, da memória e da cultura afro-brasileira, com ênfase no campo da antropologia, etnografia, culinária, artes, museologia e outras áreas afins, na perspectiva de superação de desigualdades, no compromisso com a construção de sociedades sustentáveis considerando a complexidade que reside nas suas múltiplas dimensões, pressupondo a qualidade de vida, a justiça social, o respeito às diversidades, a promoção da solidariedade e a cultura da Paz.

Comunidade Jongo Dito Ribeiro consiste em jongueiros, formados por um grupo de pessoas e familiares, que reconstitui a manifestação do Jongo em Campinas por meio da memória de Benedito Ribeiro, de rodas com toque, canto e dança, com o objetivo de compartilhar e continuar com essa cultura ancestral.

Onde fica: R. Domingos Haddad, 1, Residencial Parque da Fazenda, Campinas (SP), f.: (19) 99134-3922

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/fazendaroseira

Instagram: @comunidadejongoditoribeiro



URUCUNGOS PUÍTAS E QUIJENGUES

Urucungos Puítas e Quijengues é um grupo de cultura popular negra em ininterrupta atuação, desde 1988, na cidade de Campinas. Cultiva manifestações culturais e artísticas populares de substancial relevância para a preservação e continuidade do patrimônio imaterial brasileiro, como Bumba Meu Boi, Baião, Ciranda, Samba de Roda, Samba Lenço Rural Paulista, Jongo (Mineiro e Fluminense) e Maracatu. Na perspectiva local, colabora decisivamente para a retomada de tradições, até então desaparecidas na cidade, como o Samba de Bumbo Campineiro, manifestação a qual salvaguardamos e difundimos como parte do legado que nos foi confiado.

O Espaço Cultural Urucungos se configura como um centro de referência das culturas populares de matriz africana na cidade.

Onde fica: R. Salvador Lombardi Neto, Vila Nova Teixeira - Campinas, SP

Telefone: (19) 98106-6901

REDES SOCIAIS

Facebook: @PontodeCulturaUrucungos

Instagram: @urucungos



MALUCO BELEZA

Desde 2008, o projeto Maluco Beleza é reconhecido pelo extinto Ministério da Cultura como Ponto de Cultura. A partir daí, as ações de rádio se ampliaram. Além de vários cursos de capacitação destinados aos usuários da saúde mental e da comunidade, um estúdio e uma sala de inclusão vA emissora Rádio Maluco Beleza online foi inaugurada dia 01 de setembro de 2010 e tem contribuído para a ampliação e veiculação dos conteúdos, além da inclusão de outros programas produzidos por outras pessoas, usuários, grupos, funcionários e familiares da cidade de Campinas. A rádio pode ser acessada 24h pelo endereço: www.candido.org.br.

CASA DE CULTURA TAINÃ



A Casa de Cultura Tainã, localizada na Vila Padre Manoel Nóbrega, em Campinas, é uma das principais instituições de preservação da cultura tradicional no país. Atende crianças, adolescentes e adultos em vários projetos que vão desde a área da cultura negra à tecnologia livre, com o objetivo de fortalecer a prática da cidadania e a formação da identidade cultural, contribuindo assim para construção de uma comunidade mais conscientes e atuantes. Sua atuação se dá com comunidades quilombolas, territórios tradicionais e meios urbanos.

Nasceu em 1989, fundada por moradores da Vila Castelo Branco e região, por isso chama-se inicialmente Associação de Moradores da Vila Castelo Branco. A sede está situada há 24 anos na região noroeste da cidade, onde cumpre sua missão de possibilitar o acesso à informação, fortalecendo a prática da cidadania e a formação da identidade cultural, visando contribuir para a formação de indivíduos na comunidade.

Sob a coordenação do músico TC Silva, desde o princípio, conta atualmente com os estes projetos: Orquestra Tambores de Aço, Nação Tainã, Fábrica de Música, Lidas e Letras, Tambor dá Saúde, Tambor Menino, Rede Mocambos e Baobáxia.

Onde fica: R. Inhambu, 645, Vila Padre Manoel de Nobrega, Campinas (SP), f.: (19) 3228-2993

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/Casa-de-Cultura-Tain%C3%A3-163562537035120

Instagram: @casataina

Site: www.taina.org.br



NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE NARRADORES E AGENTES CULTURAIS - NINA

A NINA - Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais é uma organização sem fins lucrativos formada por um coletivo de artistas, gestores, midialivristas, produtores, contadores de histórias, educadores e mestres de tradição oral que atua, desde 2006, transversalizando linguagens em rodas de criação de produtos artísticos, tecnologias sociais livres e práticas pedagógicas, com projetos e ações ligadas à arte, cultura, comunicação, educação e políticas públicas no âmbito local, nacional e na América Latina. Em 2013, o grupo criou a Usina Gerador de Cultura, uma rede que atua na gestão compartilhada de espaços localizados na Estação Cultura de Campinas.

Onde fica: Sala dos Toninhos - R. Francisco Teodoro - Vila Industrial (Campinas), Campinas - SP

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/ColetivoNINA

ETNOCIDADE

O Ponto de Cultura EtnoCidade é um grupo de produção cultural independente formado por indígenas e não indígenas; tem como objetivo promover a visibilidade e fortalecer a luta de indígenas que vivem em contexto urbano, em Campinas e região. Nasceu em 2014, da demanda de uma professora em levar os indígenas para a sala de aula e se fortalece na ação de dar visibilidade para os indígenas que vivem na cidade de Campinas.

Segundo a coordenadora, Luciana Guarani, o Ponto de Cultura tem sido uma janela aberta para as crianças, estudantes e sociedade em geral com as experiências de povos originários, derrubando preconceitos e estereótipos e tendo a possibilidade de conhecer outras formas de elaborar o mundo. O maior desafio é a sustentabilidade do grupo, buscando recursos iniciais para os projetos de autonomia nos editais e criar um centro de referência. Em 2018, o EtnoCidade foi reconhecido pelo Estado como Ponto de Cultura.

Onde fica: Luta por uma sede

REDES SOCIAIS

Facebook: www.facebook.com/etnocidade

Instagram: @etnocidade



“OS ÚLTIMOS 30 ANOS E AS PERSPECTIVAS DA POLÍTICA CULTURA VIVA EM CAMPINAS”, POR CAUÊ MOREIRA E MARCELO RICARDO FERREIRA

ANOS NOVENTA: DA VANGUARDA AO DESMONTE

Ao olharmos para o histórico das políticas culturais de Campinas vemos que a partir de sua Lei Orgânica do Município criada em 1989, resultado da Constituinte Cidadã de 1988, a cultura tem 33 menções em diversas seções, de forma transversal com diversas áreas – ou seja, tem uma sessão exclusiva para a cultura bem ampla. A partir de 1990, Célio Turino assume a Secretaria de Cultura e inaugura uma série de políticas, programas e ações com caráter de vanguarda no Brasil. Enquanto se lançava a Lei Rouanet, uma política de renúncia fiscal que colocava a curadoria do financiamento público na mão dos departamentos de marketing das empresas, Campinas constituiu por lei um Fundo de Cultura que garantia 1% das receitas recorrentes do município para fomento à cultura, sendo que 50% desses recursos eram distribuídos por um edital público chamado Prêmio Estímulo.

Este programa de financiamento era gerido de forma compartilhada com o primeiro Conselho de Cultura da Cidade, em um modelo de financiamento totalmente inédito no Brasil. Programas como Casas de Cultura, Projeto Recreio e Agente de Cultura Comunitário deram protagonismo à criação, produção e difusão das comunidades periféricas e à cidadania cultural. Esse foi um período também marcado por uma alta efervescência e democratização da programação artística da cidade com constante destaque na mídia nacional das ações realizadas.

Este período vai ter um papel central na elaboração do Cultura Viva conforme relata Célio Turino no livro “Pontos de Cultura de Brasil de Baixo para Cima”. Esta abundância vai se esvaziando depois do fim do Governo Jacó Bittar, pois mesmo com programas bem sucedidos e um sistema de financiamento estabelecido em projeto de Lei, o desmonte aconteceu. Nunca mais se teria uma política de financiamento e gestão como essa na cidade.

ANOS 2000: OS EFEITOS DE UM NOVO MINISTÉRIO DE CULTURA E OS PRIMEIROS PASSOS PARA UM SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

No início do ano 2000, a implementação do Orçamento Participativo – um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, implementada pelo Governo Toninho/Izalene – foi uma retomada da participação social sobre a gestão e os investimentos na cultura. Novamente, o setor cultural avançava para um política de financiamento mais intensa e participativa. Em 2004, seguindo as diretrizes implementadas pelo Ministério da Cultura liderado por Gilberto Gil no governo Lula, Campinas realizou sua Primeira Conferência Municipal de Cultura, ampliando a participação social para o planejamento da gestão pública cultural.

Houve medidas de descentralização das ações culturais pelas regiões da cidade, com agentes públicos desse campo atuando nas mais diversas áreas campineiras. A prefeitura realizou o primeiro censo cultural da cidade, uma ação de mapeamento das iniciativas culturais, que até os dias atuais é uma questão mal resolvida. A revitalização do centro é iniciada tendo na cultura um forte papel em sua elaboração e ocupação, A antiga Estação de Trem é reaberta como Estação Cultura e se torna um dos mais importantes centros culturais da cidade.

Em 2005, é reformulada a Lei do Conselho Municipal de Cultura e criado o Fundo de Investimentos Culturais de Campinas (FICC), com mecanismos de participação direta no conselho. Com isso, se tem uma retomada (ainda que com um volume menor de recursos e sem vinculação orçamentária) da política de editais para fomento às ações artísticas.

No ano de 2008, Campinas abre o primeiro edital para financiamento dos Pontos de Cultura através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Ministério da Cultura, com 18 entidades culturais seccionadas e financiadas como Pontos de Cultura. Esta rede sofreu muito com a forma de gestão e os modos de prestação de contas imposto, na época, nos convênios entre as organizações e a Prefeitura. Isso gerou, posteriormente, uma série de dificuldades na execução dos planos de trabalho, levando muitas entidades a ficarem inadimplentes com o setor público. Estes problemas eram comuns em diversos estados e municípios que sofriam com uma falta de compressão jurídica, e que seria superado com a aprovação e sanção da Lei Cultura Viva. Em 2009, é realizada a II Conferência Municipal de Cultura, propiciando mais um avanço na criação social, através da formulação de políticas públicas e da adesão de Campinas ao sistema municipal.

Apesar das Leis do Conselho e do FICC, o período de 2005 a 2010 é marcado por uma política de eventos sem chamadas públicas, onde a Secretaria realiza um grande volume de eventos pela cidade, mas sem planejamento de modo que fosse articulada uma política cultural permanente e transversal.

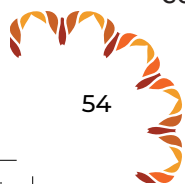
ANOS 2010: O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL NA FORMULAÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Esta década se inicia com um período de intensa turbulência política causada pelo impeachment do prefeito Hélio de Oliveira Santos e posteriormente do impeachment do vice-prefeito Demétrio Vilagra, levando a assumir o Executivo o então presidente da Câmara Pedro Serafim, contexto que reflete numa política cultural desorganizada e sem direção, devido a sucessivas mudanças na pasta.

Com a chegada de um novo governo eleito em 2013, a Secretaria de Cultura retoma o processo de construção de políticas públicas com a assinatura do termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a aprovação da Lei do Patrimônio Imaterial e a realização da III Conferência Municipal de Cultura, evento que teve uma participação bem representativa da diversidade cultural do município, consolidando as diretrizes bases do Sistema Municipal de Cultura. Em 2015, Campinas foi a primeira cidade brasileira a aprovar uma Lei Cultura Viva Municipal, assinando um convênio com o Ministério da Cultura para retomar o financiamento de uma rede de Pontos de Cultura na cidade.

Mas, apesar desses importantes avanços, a gestão irá aplicar a maior parte dos seus recursos em uma política desarticulada de eventos e ações pontuais sem chamamentos públicos e planejamento estratégico.

O resultado disso virá em 2016, quando, diante da queda de arrecadação causada pela crise econômica e política gerada pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, a Prefeitura impõe à



Secretaria de Cultura um profundo contingenciamento de recursos, que irá continuar se agravando pelos anos seguintes, inviabilizando a continuidade da precária política de eventos, a realização de editais de fomento e a sequência do FICC, além de causar um enorme prejuízo na manutenção dos espaços culturais, como, por exemplo, a retirada dos serviços de segurança e manutenção das Casas de Cultura, entre outras inúmeras ações de desmonte. Os instrumentos de participação, como o Fórum Permanente de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura, sofrem então uma desconexão e falta de representatividade dos interesses do conjunto do setor cultural, o que refletia em uma inoperância e adesão às pautas do governo.

Em resposta a intensificação desta crise, o setor cultural irá se organizar e ocupar tanto o Fórum Permanente de Cultura quanto o Conselho Municipal de Cultura, com o objetivo de usar esses instrumentos para a retomada do FICC, fazer valer as deliberações da III Conferência Municipal de Cultura realizada em 2013 e avançar no cumprimento das exigências do termo de adesão ao Sistema Nacional.

Em 2017, com a renovação do Conselho e do Fórum, a sociedade civil organizada passa a atuar de forma articulada e focada na reestruturação dos marcos legais da cultura da cidade e na reformulação do FICC. Os primeiros resultados desta articulação foram a formalização do Comitê Municipal Cultura Viva, a criação de uma Comissão Permanente e exclusiva de cultura na Câmara dos Vereadores e a realização das Pré-Conferências de Cultura em cinco territórios da cidade, como atividade preparatória para a IV Conferência Municipal de Cultura, que aconteceu no ano seguinte. O Fórum também atuou nos debates da formulação do Plano Diretor de Campinas, onde contribuiu para o debate das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) e da criação dos Distritos Criativos.

Com objetivo de avançar na regulamentação da Lei Cultura Viva Municipal e refletir sobre o futuro dos Pontos de Cultura na América Latina, o Ponto de Cultura NINA, em parceria com a rede de Pontos de Cultura, coletivos da cidade, o Laboratório de Políticas Culturais e a Agência de Notícias das Favelas (ANF) realiza o Encontro Cultura Viva nas Cidades da América Latina, com apoio do Programa IberCultura Viva. Reunindo 40 especialistas e gestores culturais de 8 países, assim como representantes de diversas cidades brasileiras, o encontro teve resultados importantes, como a inspiração para a criação das Leis Cultura Viva Municipal na cidade de Niterói (RJ) e Belo Horizonte (MG). Por falta de vontade política, a Secretaria de Cultura de Campinas não avançou na regulamentação.

O aprofundamento da crise na gestão se intensifica em 2018, mas não impede que organizações sociais encampadas pelo Fórum avancem na formulação das políticas públicas de cultura em Campinas, com uma participação estratégica na IV Conferência Municipal de Cultura. A Conferência teve como resultados a proposta de reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e a construção das minutas do Plano Municipal de Cultura, com metas para os próximos 10 anos, e da Lei do Sistema Municipal de Cultura.

Nesse mesmo período, o Fórum conquistou o pagamento do edital do FICC (que deveria ter sido pago em 2016) e construiu uma série de debates sobre a necessidade de desburocratizar e ampliar os segmentos atendidos, fortalecendo uma melhor distribuição por todas as regiões da cidade. Essa reformulação foi, em grande parte, amparada por uma leitura advinda da IV Conferência de que o setor precisava de uma reestruturação profunda dos mecanismo de financiamento público, mas que também era necessário realizar medidas de curto prazo na perspectiva de aperfeiçoar o próprio FICC, enquanto não fosse realizada a reestruturação do sistema de financiamento prevista no Plano. Outras conquistas foram o cumprimento da Lei Nº 12.346 de 2005, que garante 15% da programação musical diária da Rádio Educativa como um espaço para divulgação e apresentação de músicas de artistas oriundos e/ou residentes da cidade de Campinas, e a realocação dos recursos de convênio com o governo do estado

de São Paulo (originalmente previstos para construção de um Teatro de Ópera no Parque Ecológico) para realização de reformas no Centro de Convivência Cultural de Campinas

O ano de 2019 é marcado pelo imobilismo e aprofundamento da crise de gestão da Secretaria de Cultura, que se reflete na não publicação do novo edital do FICC e na ausência de avanços das legislações construídas na IV Conferência de Cultura. Neste cenário, o Fórum se concentra na formação das Câmaras territoriais e setoriais como forma de ampliar a organização do setor. Na esfera federal, o setor cultural é impactado pelo desmonte do Ministério da Cultura, reduzido à condição de Secretaria Especial da Cultura, vinculado num primeiro momento ao Ministério da Cidadania.

Em contraponto a este cenário, a Prefeitura consegue iniciar o financiamento da rede de Pontos de Cultura depois de 5 anos da assinatura do convênio entre a Prefeitura e o extinto Ministério da Cultura (MinC), com objetivo inicial de financiar 21 projetos de Pontos no valor de R\$60 mil reais, além de um projeto de Pontão de Cultura no valor de 400 mil reais.

O número de inscrições foi abaixo do previsto. Essa baixa adesão pode ser atribuída ao cronograma de repasse de recursos em duas parcelas, onde a primeira era um repasse de R\$19.700 e a segunda de R\$40.300. Este modelo de repasse causou uma desmobilização em torno da chamada, por conta da pouca segurança da efetivação do segundo pagamento, gerados pelo desmonte político e orçamentário do MinC e dos cortes orçamentários da Secretaria de Cultura.

Novamente pela falta de interesse político, a Secretaria de Cultura perde uma importante oportunidade de estruturar a Lei Cultura Viva Municipal, que, mesmo com um esforço do Fórum e do Comitê Gestor Municipal, até o momento não foi regulamentada, não sendo feita, assim, uma conexão entre o recurso aplicado e a estruturação da Política Municipal Cultura Viva.

Porém, apesar dessas questões, em grande parte fruto do esforço e competência técnica do setor de convênios da Secretaria de Cultura, foram selecionados 13 Pontos de Cultura e um Pontão de Cultura a partir dos dois editais lançados, que receberam integralmente os recursos, apesar do governo federal não ter realizado o repasse da segunda parcela. Essa rede produziu um calendário com 150 ações culturais e realizou a Primeira Teia Municipal.

O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E A POLÍTICA MUNICIPAL CULTURAL NA PRÓXIMA DÉCADA

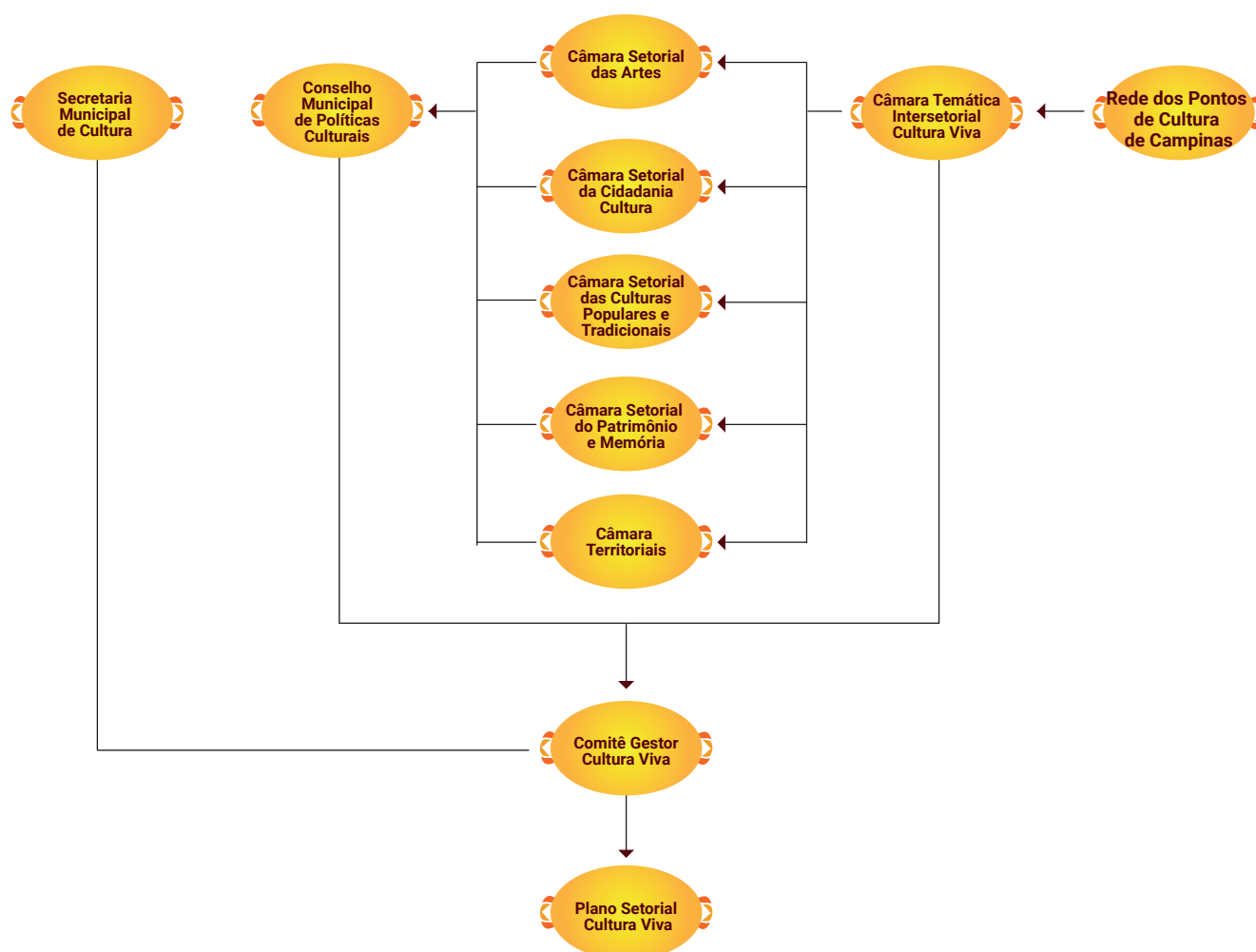
Com o encerramento da gestão atual, é esperado que o governo cumpra os compromissos das Conferências Municipais de Cultura e da adesão ao Sistema Nacional de Cultura, e aprove na Câmara um conjunto de legislações que irá criar o Sistema Municipal de Cultura em Campinas, reformando o Conselho para uma estrutura representativa mais ampla e estabelecendo metas para os próximos 10 anos. A importância dessas políticas se dá pela abertura de uma possibilidade de construção de uma gestão municipal de cultura menos dependente das vontades políticas dos governos e mais alicerçada na participação popular ativa, através da definição de prioridades e do acompanhamento de metas práticas. Se aprovado e implementado, o Sistema Municipal de Cultura deverá ter um diálogo sistemático com a Lei 15.089 de 2015, que institui a Política Municipal Cultura Viva e que ainda se encontra sem regulamentação, mas já prevê no seu teor esta conexão com o futuro Sistema Municipal de Cultura.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA REDE DOS PONTOS DE CULTURA

Em seu novo desenho, o Conselho Municipal de Políticas Culturais se abre para representações características dos territórios da cidade, com câmaras setoriais específicas de Artes, Cidadania Cultural, Culturas Populares e Tradicionais e Patrimônio e Memória, como forma de garantir a pluralidade da cultura do município.

Nesse desenho, iniciativas como os Pontos de Cultura estão alocadas em princípio na Câmara Setorial de Cidadania Cultural, mas – uma vez compreendida a diversidade de linguagens, expressões culturais, modos de produção e capilaridade territorial dos Pontos de Cultura – é necessário que eles atuem em todas as outras Câmaras Setoriais bem como nas Câmaras dos seus territórios.

A Lei Cultura Viva Municipal já estabelece, em seu artigo 9º, a instituição de um Comitê Gestor Municipal Cultura Viva com quatro representantes dos Pontos de Cultura, indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas. Dessa forma, é necessária a criação de uma Câmara Temática Intersectorial vinculada a todas as Câmaras Setoriais e Territoriais, voltada especificamente às questões dos Pontos de Cultura e a Política Municipal Cultura Viva, de modo que faça o diálogo permanente entre o Conselho, o Comitê e a rede dos Pontos para a construção e acompanhamento do Plano Setorial Cultura Viva, conforme previsto na lei municipal.



PLANO SETORIAL CULTURA VIVA MUNICIPAL

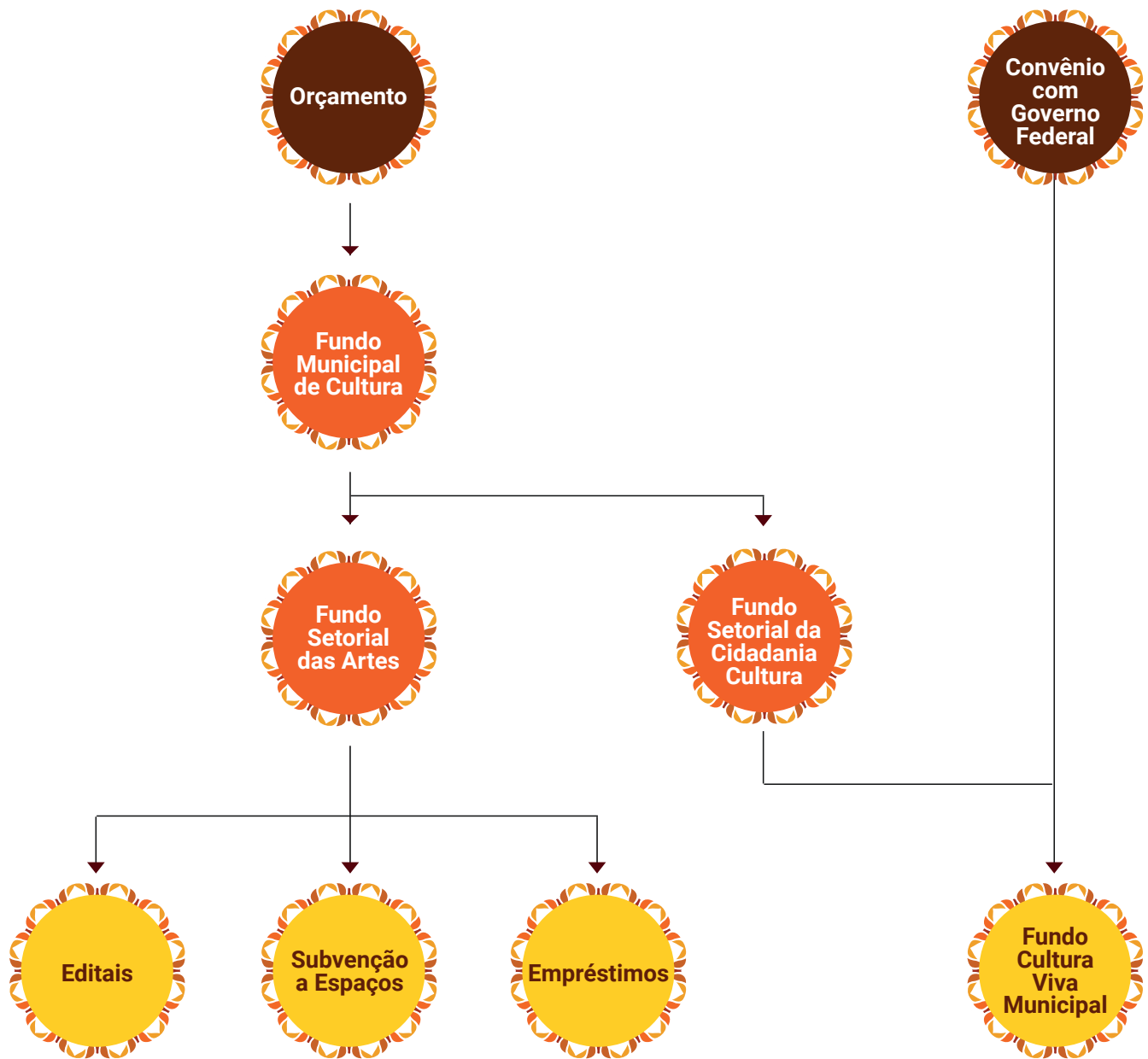
Em relação a instituição das ferramentas e mecanismos de participação social, a tarefa principal é a construção do Plano Setorial Cultural Viva, conforme determina o artigo 9º, inciso segundo, da Lei Municipal Cultura Viva, ao estabelecer as competências do Comitê Gestor. Na proposta do Plano Municipal de Cultura, consta a Meta 16, que versa sobre Cidadania Cultural, especificamente na ação 16.2: “Implantar a Política Municipal Cultura Viva, em cumprimento à Lei Nacional nº 13.018, de 22 de julho de 2014 e à Lei Municipal nº 15.089, de 9 de novembro de 2015. Com suas metas de curto, médio e longo prazo:

- Curto prazo: Lei Cultura Viva regulamentada. Cadastro municipal dos Pontos de Cultura de Campinas implantado.
- Médio prazo: 1 edital para Pontos e Pontões de Cultura lançado bianualmente, contemplando, no mínimo, 20 Pontos e 2 Pontões. Teia Municipal realizada com regularidade,
- Longo prazo: 1 edital para Pontos e Pontões de cultura lançado bianualmente, contemplando, no mínimo, 40 Pontos e 4 Pontões”. Também foi prevista uma série de indicadores para poder acompanhar concretamente a implementação da Política Municipal Cultura Viva.

Tendo como base estas metas do futuro Plano, o novo Conselho, junto a Secretaria e através do Comitê Gestor, devem buscar conexões com outras metas do Plano Municipal de Cultura, sendo estruturante pensar os mecanismos de financiamento, como um fundo setorial Cultura Viva e uma equipe de gestão capacitada para operar sua implementação.

FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL CULTURA VIVA

Com a nova legislação, será criado o Sistema Municipal de Financiamento Cultural e nele deve ser incluído o mecanismo de financiamento da PMCV (Política Municipal Cultura Viva), que já atende o Artigo 8º da lei: “A Secretaria Municipal de Cultura deverá apresentar, anualmente, para o Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, o plano de metas e investimentos a serem destinados anualmente à Política Municipal de Cultura Viva no ano seguinte”. Em termos de estruturação desse mecanismo é preciso pensar na integração do Fundo Municipal Cultura Viva dentro da estrutura maior do Sistema de Financiamento da Cultura de Campinas, recebendo recursos diretos do orçamento municipal dentro da estrutura de repasses aos fundos setoriais e demais programas, quando recebendo recursos por meio de convênios celebrados com o governo federal.



CADASTRO MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES

O Cadastro Municipal de Pontos e Pontões de Cultura é o mecanismo da PMCV estruturante, pois através dele que a Secretaria Municipal de Cultura é autorizada a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da PMCV. O cadastro também cumpre a função essencial no Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais, se integrando ao Mapa da Cultura de Campinas e servindo como fonte de dados para a construção, avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas de cultura.

AS PERSPECTIVAS ABERTAS PARA CONTINUAR AVANÇANDO

Quando olhamos para as políticas culturais desenvolvidas ao longo dos últimos 30 anos na cidade de Campinas, identificamos um processo de avanços e recuos muito influenciados pela vontade e pela força política de quem ocupa a pasta da Cultura. Desse modo, temos o valor e a importância em conquistar um conjunto de marcos legais que possibilitem uma efetiva participação social no desenvolvimento das políticas culturais no Município, de modo a abrir um horizonte de políticas públicas mais permanentes.

Este conjunto de mecanismos e dispositivos legais, uma vez implementados, permitiram que a cidade vivenciasse um desenvolvimento efetivo dos conceitos de patrimônio cultural, formação, informação, criação, distribuição, acesso e exercício da cidadania cultural em todos os seus territórios. Os Pontos de Cultura cumprem um papel fundamental, uma vez que, como define Célio Turino, “o Ponto de Cultura envolve uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas por poucos, e a partilha do sensível é estratégica para este deslocamento narrativo, em que os ‘invisíveis’ passam a ser vistos e a ter voz”.

No âmbito nacional, o cenário que se desenha é de que o governo federal não irá realizar a destinação de recursos orçamentários para a Política Nacional Cultura Viva. Assim, o setor público municipal, a rede dos Pontos de Cultura e o Conselho de Cultura tem como desafio conquistar uma fonte recorrente de recursos próprios para viabilizar as ações contidas nas legislações conquistadas. Desse modo, é preciso aumentar a percepção do valor e dos benefícios dos recursos destinados à cultura, que não são despesas, mas sim investimentos com grande retorno não só na vida simbólica e no lazer (que em si já possuem grande valor), mas na educação, na saúde e na geração de renda.

POSFÁCIO DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO ARETÉ GESTÃO CULTURAL APOIO AO TERCEIRO SETOR

Comecei a trabalhar com os Pontos de Cultura em 2006 com prestação de contas e me tornei contador de diversos Pontos, muitos dos quais trabalho até hoje. Essa relação me trouxe cada vez mais proximidade e admiração a tantas pessoas envolvidas nesse meio, e foi assim que, como presidente da Associação Areté, participei da elaboração e execução do Pontão de Cultura Areté, juntamente com meu amigo Marcelo Ricardo Ferreira e mais uma equipe de pessoas fantásticas, que, somadas a tantos outros Pontos de Cultura e suas riquezas culturais e históricas, fizeram um trabalho incrível que beneficia a sociedade civil de forma não só cultural, como também social.

A Lei Cultura Viva é um modelo de uma política cultural mais ampla, justa, diversificada e capilarizada e sou muito grato a todos os artistas, associações, produtores, fazedores culturais, agentes públicos e membros da sociedade civil em geral, que de alguma forma fizeram parte dessa história tão rica e tão importante para a nossa sociedade. A Lei Cultura Viva é um exemplo, um alento e um sopro de democracia cultural, Entretanto, ainda há muito o que se fazer pela cultura do nosso país.



Rodrigo Martins - Presidente da Associação Areté - 2016 a 2019

Conheci o Programa Cultura Viva em 2007 e na época atuava como contador de histórias e buscava conhecer a tradição oral brasileira para além daquelas registradas em livros. Meu principal ponto de partida era a cultura e as memórias orais de Campinas e como estas são preservadas e transmitidas pelas mestras e mestres da cultura oral da cidade. Foi nessa caminhada que me aproximei de TC Silva, coordenador da Casa de Cultura Tainã, que dentre tantas realizações, foi uma grande referência e inspiração para a formulação do Programa Cultura Viva, elaborado por Célio Turino, que na década de 1990 foi Secretário de Cultura em Campinas.

Conhecendo cada vez mais o programa, me encantei pela Ação Griô Nacional, que atuava no reconhecimento político, social e econômico dos mestres e mestras da tradição oral dos Pontos de Cultura em mediação com a educação formal. A partir daí, minha jornada profissional foi toda voltada à Rede Cultura Viva. Fundei com meus parceiros o Ponto de Cultura NINA (Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais). Passamos a participar das Teias Nacionais e Regionais. Lutamos para aprovação da Lei Griô. Em 2013 colaboramos para a realização do Primeiro Congresso Cultura Viva Comunitária, em La Paz, Bolívia. Aprovamos a Lei Cultura Viva Nacional em 2014, e a Lei Cultura Viva em Campinas em 2015, sendo esta, a primeira cidade brasileira a ter uma lei própria.

Nessa trajetória de conquistas, foi ficando cada vez mais nítido o grande gargalo e desafio que os grupos de tradição oral e as organizações comunitárias têm com a burocracia que o setor público

exige para apoiar e fomentar essas iniciativas. Para colaborar com essas questões, fundamos junto com nosso contador Rodrigo Martins, a Associação Areté Gestão Cultural - Apoio ao Terceiro Setor.

O nome Areté significa “dia festivo”, que ilustra bem o encontro, as manifestações culturais e o bem viver a partir da atuação dos Pontos de Cultura e dos conceitos da Cultura Viva Comunitária. Ele simboliza o encontro a partir da gestão e do fazer cultural e gera processos, conexões, atuação em rede e ações colaborativas, tanto nos territórios, como em seus serviços, potências e desafios. Inspirados pela diversidade cultural, festejamos a excelência em realizar o bem viver sustentável com arte, cultura, diversidade, cidadania e memória em diálogo com a economia criativa.

Em 2018, a Areté foi reconhecida como Pontão de Cultura no edital do Cultura Viva Campinas. Desenvolveu, ao longo de 2019 e início de 2020, ações de articulação da rede municipal de Pontos de Cultura, como encontros de gestão, assessorias contábeis e jurídicas, eventos de interações estéticas, e produziu programas de WebTV ao vivo sobre diferentes elementos que compõem a Política Nacional Cultura Viva em Campinas. Essa atuação culminou na co-realização da TEIA Economia Viva Campinas em parceria com a Rede dos Pontos de Cultura de Campinas e Secretaria Municipal de Cultura, evento que reuniu mais de 10.000 pessoas em três dias de programação com diversas apresentações culturais e duas feiras de artesanato.

Este livro reflete um pouco desse trabalho, problematiza questões e aponta caminhos para que cada vez mais a cidade avance no desenvolvimento da cultura comunitária e da cidadania cultural.

Deixo aqui um agradecimento mais que especial para todas as mestras e mestres que me formaram nesta caminhada.



Marcelo Ricardo Ferreira - Presidente da Associação Areté - 2020 a 2023





ENCANTAMENTO
+
TRABALHO
=
TRANSFORMAÇÃO

Em 2014, o Congresso Nacional sancionou a Lei Nacional Cultura Viva. Um ano depois, Campinas tornou-se pioneira em ter uma Lei Municipal Cultura Viva. Nos dois casos, foi fundamental o protagonismo da rede de Casas e Pontos de Cultura de Campinas.

Neste livro, está documentada esta trajetória que começa no final dos anos 80 e começo dos anos 90 na cidade. Nesta trajetória de 30 anos, marcada por avanços, retrocessos e resistências, irá culminar o Programa Cultura Viva, implementado na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura e sob a coordenação de Célio Turino como Política de Governo, sempre com a inspiração e influência da rede Cultura Viva de Campinas. O livro constrói elos de aprendizado entre o passado e o presente para visualizar caminhos possíveis para as políticas culturais da cidade.

CULTURA
+
NATUREZA

≡
CULTURA VIVA

